

**Desafios da Tradução Jurídica
de Alemão para Português**

Ana Marta de Almeida Teixeira de Brito Miranda

**Relatório de Estágio de Mestrado em Tradução
Especialização em Alemão**

Abril de 2016

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Tradução realizado sob a orientação científica da
Professora Doutora Ana Maria Bernardo

À Avó Fernanda

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui os meus agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para a concretização deste projecto. Os meus agradecimentos vão em primeiro lugar para a

Dr.ª Celeste Rodrigues, que me acolheu e orientou no Sector de Tradução da Procuradoria-Geral da República, sempre com muita amizade e apoio inesgotável. O meu especial obrigada a todas as pessoas que conheci na Procuradoria-Geral da República e que me receberam com muita simpatia: à Dr.ª Joana Gomes Ferreira pela oportunidade, à Dr.ª Teresa Lourenço pela boa-disposição, e também à Dr.ª Maria, Dr.ª Fernanda Antunes e Dr. Fernando Vieira.

À Professora Doutora Ana Maria Bernardo um grande obrigada pelo incentivo e paciência. Por fim, mas não menos importante, um muito obrigada à minha família, especialmente à minha Mãe e ao meu Pai, e claro aos amigos, em especial ao António Domingos pelo apoio incondicional.

DESAFIOS DA TRADUÇÃO JURÍDICA DE ALEMÃO PARA PORTUGUÊS

ANA MARTA DE ALMEIDA TEIXEIRA DE BRITO MIRANDA

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: tradução jurídica, alemão, competência tradutória, deontologia do tradutor

Neste relatório é feita uma descrição minuciosa do local de estágio em alemão (Procuradoria-Geral da República), das actividades desenvolvidas e do método de trabalho. O enquadramento teórico da reflexão aqui apresentada assenta em quatro vertentes: 1 – competência tradutória, 2 – língua de especialidade, 3 – tipologia de dificuldades, 4 – pressupostos de conhecimento prévios à elaboração de uma tradução jurídica e 5 – deontologia do tradutor. Segue-se a descrição da metodologia de trabalho seguida das conclusões a que se chegou.

ABSTRACT

KEYWORDS: legal translation, German, translator's skills, translation ethics

This report consists of a detailed description of the traineeship in German translation at the Attorney General's Office, the activities that took place and the working method. The theoretical framework of the reflection here presented is based on four areas: 1 - translation skills, 2 - special language, 3 – types of difficulties, 4 - required knowledge for a legal translation and 5 - ethics of the translator. Finally, a description of the working method, followed by the conclusions.

ÍNDICE

Lista de Abreviaturas	I
Lista Parcial de Documentos Traduzidos no Estágio	II
Introdução	1
1. Apresentação do Local do Estágio.....	2
1.1. A Procuradoria-Geral da República	2
1.2. O Sector de Tradução	3
2. Método de Trabalho do Sector de Tradução da PGR	5
3. Competência Tradutória e Respectivas Subcomponentes.....	5
4. Línguas de Especialidade	7
5. Tipologia das Dificuldades de Tradução.....	8
A. Dificuldades Textuais.....	9
B. Dificuldades Pragmáticas.....	17
C. Dificuldades Culturais	19
6. Pressupostos de Conhecimento – Iniciação à Tradução Jurídica.....	21
6.1. A Magistratura do Ministério Público e a Magistratura Judicial	22
6.2. O Processo-crime segundo o Sistema Jurídico Português.....	24
7. Deontologia do Tradutor	29
7.1. Exigências Colocadas ao Tradutor	29
7.2. Exigências Colocadas ao Tradutor Jurídico na PGR.....	30
7.3. Ferramentas do Tradutor Jurídico – Entre a Acessibilidade e o Sigilo.	32
8. Metodologia de Trabalho	33
8.1. Metodologia Pessoal.....	33
8.2. Correções da Orientadora no local de estágio	35
Conclusão.....	37

Bibliografia	39
Anexo A: Glossário elaborado durante o estágio DE - PT.....	i
Anexo B: Glossário elaborado durante o estágio PT - DE.....	xx

LISTA DE ABREVIATURAS

AT	Áustria
CdE	Conselho da Europa
CEJ	Centro de Estudos Judiciários
CH	Suíça
CIMP	Sector de Cooperação Internacional em Matéria Penal
CPP	Código do Processo Penal
DCIAP	Departamento Central de Investigação e Acção Penal
DE	Alemanha
GDDC	Gabinete de Documentação e Direito Comparado
GNR	Guarda Nacional Republicana
JIC	Juiz de Instrução Criminal
MP	Ministério Público
NAT	Núcleo de Assessoria Técnica
ONU	Organização das Nações Unidas
OPC	Órgãos de Polícia Criminal
PGR	Procuradoria-Geral da República
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
PT	Portugal
TIR	Termo de Identidade e Residência
UE	União Europeia

LISTA PARCIAL DE DOCUMENTOS TRADUZIDOS NO ESTÁGIO

ORIGEM DO DOCUMENTO	TIPO DE DOCUMENTO E TEMA
Áustria	Caso n.º 1 – Ofício das autoridades austríacas a delegar execução de sentença
Liechtenstein	Caso n.º 2 – Ofício das autoridades judiciárias do Liechtenstein em resposta a pedido de auxílio judiciário em matéria penal
Alemanha	Caso n.º 3 – Decisão do tribunal alemão ordenando buscas e apreensões
Áustria	Caso n.º 4 – Delegação de execução de pena - Áustria
Portugal	Caso n.º 5 – Carta de reclusa
Alemanha	Caso n.º 6 – Pedido de informação sobre condutor que cometeu infracção na Alemanha
Suíça	Caso n.º 7 – Recusa de auxílio judiciário do Cantão de Zurique
Portugal	Caso n.º 8 – Tráfico de armas
Portugal	Caso n.º 9 – Acórdão do Tribunal da Relação
Alemanha	Caso n.º 10 - Auxílio judiciário
Suíça	Caso n.º 11 - Auxílio judiciário
Áustria	Caso n.º 12 – Acórdão
Áustria	Caso n.º 13 – Acórdão
Áustria	Caso n.º 14 - Pedido de notificação acerca do proprietário do registo automóvel
Suíça	Caso n.º 15 - Recusa de auxílio judiciário
Áustria	Caso n.º 16 - Declaração de arguido
Áustria	Caso n.º 17 - Transferência de execução de pena

Portugal	Caso n.º 18 – Certidão
Alemanha	Caso n.º 19 - Auxílio judiciário
Suíça	Caso n.º 20 - Pedido de delegação de procedimento criminal
Suíça	Caso n.º 21 - Auxílio judiciário

Introdução

No decurso da licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas, variante de Inglês e Alemão, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, escolhi como disciplinas de opção livre algumas cadeiras de prática de tradução da língua alemã para a língua portuguesa e vice-versa. Foi essa experiência, altamente enriquecedora, que despertou em mim a vontade de prosseguir os estudos em Tradução, nomeadamente através da frequência do Mestrado de Tradução em Alemão. Além do interesse pessoal e académico, uma das razões mais importantes que me levou a escolher este mestrado foi a opção de o poder concluir com um estágio curricular e assim ganhar experiência no mundo profissional. Portanto, foi do meu entendimento que o estágio me traria bastantes mais-valias, aliando a teoria à prática e inserindo-me o mais cedo possível no ambiente de trabalho da tradução profissional. Havendo à partida várias e diferenciadas opções para o local de estágio, desde logo a Procuradoria-Geral da República me pareceu a mais interessante, principalmente por poder aliar um trabalho de grande responsabilidade e interesse público à possibilidade de adquirir experiência na área da tradução jurídica.

Este relatório tem como objectivo mostrar o percurso do estágio na Procuradoria-Geral da República. Em primeiro lugar, procedeu-se à apresentação geral da instituição, e mais especificamente do seu Sector de Tradução (ponto 1), bem como da metodologia de trabalho aí seguida (ponto 2).

Partindo do pressuposto de que todo o tradutor trabalha com uma teoria, mesmo que implícita, isto é, tem uma concepção, mais ou menos abstracta ou geral, de como a tradução deve ser elaborada, entendeu-se ser relevante proceder a um enquadramento teórico da metodologia de trabalho por mim seguida. Este enquadramento assenta na noção de competência tradutória (ponto 3), na caracterização das línguas de especialidade, a fim de chegar a um melhor entendimento da linguagem jurídica e das suas especificidades (ponto 4), na clarificação dos vários tipos de dificuldade (ponto 5), bem como dos contextos institucionais e situacionais em que a mesma é empregue (ponto 6). Ainda como ponto

prévio à análise do processo de tradução propriamente dito, e dado o elevado grau de responsabilidade do tradutor no âmbito da tradução jurídica, considerou-se pertinente abordar as exigências deontológicas que se colocam ao tradutor jurídico (ponto 7).

Uma vez esboçado este contexto, na sua tríplice vertente teórica, técnica e ética, passou-se de seguida à apresentação da metodologia de trabalho por mim seguida, ilustrada sempre que possível com exemplos práticos decorrentes da actividade tradutória desenvolvida na Procuradoria-Geral da República (ponto 8).

Por fim, são apresentadas as conclusões a que se chegou, a bibliografia utilizada e ainda dois anexos elaborados ao longo do estágio (glossários de termos jurídicos nas duas direcções, Português/Alemão e Alemão/Português).

1. Apresentação do Local do Estágio

O estágio curricular decorreu entre 1 de Outubro de 2015 e 4 de Janeiro de 2016, realizando-se com frequência diária das 10h às 17h. Foram traduzidos documentos da área jurídica, de alemão para português, todos eles com dificuldades tradutórias específicas e seleccionados pela minha orientadora no local de estágio, Dr.^a Celeste Rodrigues, que me deu todo o apoio necessário ao rever as minhas traduções e ao partilhar comigo muita informação que mudou completamente a minha perspectiva sobre a tradução profissional.

Partilhei o espaço com duas tradutoras do Sector de Tradução, Dr.^a Celeste Rodrigues e Dr.^a Teresa Lourenço. A atmosfera da sala era muito agradável e tranquila: o ambiente de trabalho era de facto exemplar e propício a incentivar a comunicação entre as tradutoras.

1.1. A Procuradoria-Geral da República

A Procuradoria-Geral da República é o órgão superior do Ministério Público e é presidida pelo Procurador-Geral. Inserido nas funções judiciais do Estado português, o

Ministério Público usufrui de um estatuto independente, estando-lhe cometidas as seguintes competências: representar o Estado Português, defender os interesses que a lei determinar, participar na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exercer a acção penal orientada pelo princípio da legalidade e defender a legalidade democrática.

A Procuradoria-Geral é a autoridade portuguesa responsável pela recepção e tramitação dos pedidos de cooperação judiciária em matéria penal a nível nacional e internacional, sendo também a autoridade central em matéria penal em Portugal.

Na dependência da Procuradoria-Geral da República funcionam o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), o Gabinete de Documentação e Direito Comparado (GDDC) e o Núcleo de Assessoria Técnica (NAT).

Como a Procuradoria-Geral da República é uma autoridade central, houve necessidade de estruturar um sector especialmente direccionado para a gestão de toda a documentação gerada pela área da cooperação, como por exemplo cartas rogatórias, pedidos de extradição, pedidos de transferência de pessoas condenadas e todas as comunicações que digam respeito à cooperação internacional. Para responder a tal necessidade, foi criado o Sector de Cooperação Internacional em Matéria Penal (CIMP), coordenado pela Dr.^a Joana Gomes Ferreira, magistrada do Ministério Público que exerce estas funções, às quais ainda junta o cargo de Directora do Gabinete de Documentação e Direito Comparado (GDDC).

1.2. O Sector de Tradução

O Sector de Tradução da Procuradoria-Geral da República é composto, actualmente, por três elementos que fazem tradução e retroversão de documentos em alemão, castelhano, francês, inglês, italiano e português. As tradutoras fazem também, a título ocasional, interpretação. Os elementos do Sector de Tradução da Procuradoria-Geral da República não se encontram todos a trabalhar no mesmo espaço físico. Duas tradutoras trabalham no 2º andar do edifício e a terceira tradutora trabalha no 4º andar. Eu cumpri as 400 horas do estágio curricular no 2º andar, na

companhia da minha orientadora, Dr.^a Celeste Rodrigues e de outra tradutora, Dr.^a Teresa Lourenço.

No mercado de trabalho, é quase impossível respeitar a ideia preconcebida de que o tradutor só deve traduzir para a sua língua materna. É o caso do Sector de Tradução da Procuradoria-Geral da República, dado que a tradução para uma ou mais línguas estrangeiras pode constituir a parte mais significativa do trabalho dos tradutores. Neste sector, os elementos traduzem de e para a língua portuguesa nas diferentes combinações linguísticas com que trabalham. Quando aparecem solicitações de tradução e interpretação em combinações linguísticas não disponíveis no Sector de Tradução, recorre-se a empresas e *freelancers* que preencham esta lacuna. Porém, é necessário ter-se confiança nestes colaboradores esporádicos, já que os textos a traduzir tendem a estar sob segredo de justiça ou remetem para processos confidenciais que não podem extravasar para a imprensa, etc.

O Sector de Tradução responde sobretudo a solicitações do CIMP e do DCIAP, uma vez que a documentação dos processos de auxílio judiciário necessita de tradução, tanto para português como para a língua das entidades requeridas, devido aos respectivos direitos internos ou em cumprimento de convénios internacionais. Além disso, este sector responde a solicitações da secretaria do Ministério Público, do Conselho Consultivo, do gabinete do Procurador-Geral e dos tribunais portugueses.

A maioria dos documentos com que o Sector de Tradução da Procuradoria-Geral da República trabalha são cartas rogatórias, processos de extradição e pedidos de transferência de pessoas condenadas. O volume de trabalho com que o Sector de Tradução se confronta é muito elevado, já que a resposta a estas solicitações inclui os tribunais portugueses a nível nacional e autoridades judiciárias a nível mundial.

Além dos trabalhos já referidos, o Sector de Tradução também se ocupa de pedidos de tradução de legislação nacional ou estrangeira e das observações e decisões relativas a Portugal proferidas pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, dando ainda resposta a pedidos de tradução dos textos de Convenções e Protocolos de que Portugal faz parte (ONU, CdE, e UE).

2. Método de Trabalho do Sector de Tradução da PGR

Como o Sector de Tradução tem a seu cargo uma quantidade de trabalho bastante considerável, foi necessário criar uma ordem de prioridade para o tratamento dos documentos. Documentos provenientes do DCIAP têm prioridade sobre os restantes e são na maior parte das vezes de carácter urgente, o que muitas vezes requer que as tradutoras tenham de interromper a tradução em curso para se dedicarem às tarefas prioritárias. Os documentos a traduzir chegam, na maior parte das vezes, em papel e a tradução é redigida directamente em documento Word.

O recurso a ferramentas electrónicas de tradução é limitado por razões compreensíveis como a delicada questão da confidencialidade. Estas razões serão tratadas mais adiante neste trabalho. O facto de não serem utilizadas ferramentas TAC¹ no Sector de Tradução levanta a questão, entre muitas outras, de eventuais diferenças na tradução de um mesmo termo, problema que seria de fácil resolução com o recurso a memórias de tradução. Contudo, esta eventual lacuna é ultrapassada com o recurso a uma eficaz comunicação entre os elementos do sector e, por vezes, em processos mais extensos, à criação de glossários terminológicos informais que resultam da partilha das soluções e das escolhas de cada tradutora para as diferentes questões que o texto de partida possa levantar.

3. Competência Tradutória e Respectivas Subcomponentes

Numa tentativa de descrever o trabalho do tradutor jurídico, nomeadamente no âmbito oficial da PGR, é relevante mencionar alguns pressupostos teóricos transversais, já que a teoria da tradução deve ser aproveitada para analisar a experiência prática. Nestes engloba-se a descrição da competência tradutória necessária à realização de uma boa tradução. Segundo Ana Maria Bernardo (2002), tais competências devem ser pedras basilares no ensino da tradução, podendo subdividir-

¹ Tradução assistida por computador – do Inglês “CAT” – *computer-assisted translation*

se em seis categorias fundamentais: competência linguística, textual, cultural, técnica, capacidade de investigação e competência de *transfer*.

Muito embora as designações de cada uma dessas competências sejam mais ou menos transparentes quanto ao seu conteúdo, creio que é importante tecer algumas considerações mais específicas sobre cada uma delas. Se a competência linguística (aqui entendida como um domínio profundo das línguas de partida e de chegada) é obviamente um requisito fundamental para o trabalho do tradutor, a competência textual é algo mais abrangente e que deve ser um dos principais focos do ensino da tradução. Na opinião de Bernardo (2002), a competência textual pode ser subdividida em duas vertentes fundamentais: de recepção e de produção. Quanto à competência de recepção, podem salientar-se a capacidade de compreensão do texto (tanto a nível global como no que concerne a pormenores e conotações específicas) e a capacidade de análise textual. Esta análise deve ser feita de uma forma imediata (reconhecimento do tipo e espécie de texto, respectivas convenções, estrutura textual), e, depois, mais profunda e individualizadamente, tanto ao nível das características internas do texto – identificação de tema, conteúdo, léxico, sintaxe; como das externas – emissor e sua intenção, receptor, canal comunicativo, local de emissão, tempo, motivo comunicacional que deu origem ao texto e respectiva função no seu contexto comunicativo. A segunda vertente da competência textual – a produção – é a fase central do trabalho tradutório e prende-se com a capacidade de produzir um texto homólogo ao texto de partida na língua de chegada, isto é, conseguir elaborar um texto que expresse indubitavelmente o conteúdo do texto de partida, sem nele inserir possíveis interpretações ou modificações ao cerne da questão apresentada. A competência cultural é algo que não pode ser objecto de ensino propriamente dito: tem de partir do tradutor a vontade e o interesse em compreender as distintas realidades culturais e de que forma estas afectam o trabalho de tradução. É, contudo, uma competência fundamental e sem a qual qualquer tradução apresentará falhas mais ou menos graves. A competência técnica é também um requisito básico para a tradução de textos de línguas de especialidade, mas que deve ser conjugado com a capacidade de investigação. Tal tornou-se também claro para mim no estágio na PGR. Ou seja, o tradutor não tem de ser um especialista na área (claro que quanto mais

conhecimento tiver dela, melhor), mas deve poder colmatar quaisquer deficiências que tenha com uma capacidade de investigação absolutamente irrepreensível. Por fim, a competência de *transfer* (que pode ser entendida como a competência tradutória no sentido restrito) é aquela que acaba por englobar todas as outras, requerendo do tradutor um grande sentido crítico e um forte domínio da produção textual, para que o texto de chegada possa efectivamente responder às exigências comunicativas no contexto de chegada.

4. Línguas de Especialidade

Uma língua de especialidade (Fachsprache) constitui uma variedade dentro do sistema de cada língua que desempenha um papel funcional e social importante, na medida em que assegura a transmissão do conhecimento científico, por um lado, e permite a comunicação entre peritos de uma determinada área técnica ou científica da actividade humana². Às línguas de especialidade estão igualmente associadas funções cognitivas que tornam possível a aquisição de conhecimento, o processamento de nova informação, a abstracção e a generalização, a análise e a síntese do pensamento. Para que essas funções cognitivas ocorram, é necessário que as línguas de especialidade apresentem as seguintes características funcionais: objectividade, clareza, inteligibilidade, economia, anonimato e identidade de grupo (*corporate identity*), de modo a assegurar a predominância da função informativa do texto em que as línguas de especialidade são utilizadas, em consonância com a universalidade dos sistemas conceptuais que lhes subjazem³.

Embora apresente algumas semelhanças com a linguagem corrente, cada língua de especialidade caracteriza-se por ter um léxico maioritariamente formado por uma terminologia própria, em expansão e diferenciação constantes. O emprego de termos técnicos torna a mensagem mais concisa e precisa, mais abstracta e generalizável. O sistema conceptual subjacente a uma língua de especialidade é mais

² Cf. Roelcke, 2010:16

³ Cf. Roelcke, 2010:23-29

diferenciado e mais exacto do que o da linguagem corrente. Além da economia, da precisão e da clareza proporcionadas pelos termos técnicos, as línguas de especialidade caracterizam-se por serem estratificadas, do ponto de vista estilístico. Por exemplo, dentro da linguagem jurídica, podemos detectar a linguagem dos falantes com formação jurídica (o tecnolecto dos procuradores, magistrados e juízes), mas igualmente o sociolecto dos funcionários judiciais e o jargão dos reclusos nas prisões. Também ao nível morfológico e sintáctico das línguas de especialidade se detectam marcas específicas desta: a preferência por formas verbais no tempo presente e na voz passiva, que remetem para a impessoalidade que deve imperar quanto ao assunto tratado⁴, a tendência para a nominalização (*Nominalstil*), que confere um maior grau de generalização, abstracção e tecnicidade ao discurso, e ainda a reduzida frequência de emprego de advérbios e de adjectivos com função diferenciadora nas línguas de especialidade.

Deste feixe de características decorre, para a tradução, a necessidade de um cuidado exigente na pesquisa terminológica, já que desta depende, em último caso, a comunicação eficaz e justa entre todos os parceiros implicados no processo.

5. Tipologia das Dificuldades de Tradução

A fim de tornar mais consciente tudo o que está implicado no processo tradutório, revelou-se útil lançar mão de uma caracterização teórica dos diversos tipos de dificuldades, pois o reconhecimento prévio destas permite uma procura mais rápida, eficaz e adequada de soluções nos respectivos contextos, em situações futuras. Neste sentido, recorreu-se à tipologia de Bernardo (1997-98). Neste artigo, a autora propõe a seguinte definição para o conceito de dificuldade de tradução:

Uma dificuldade de tradução é um obstáculo levantado por uma unidade de tradução que pode ir desde o nível fónico até elementos extratextuais em que o autor hesita na fase de *transfer* para a língua de chegada e que só resolve através da reflexão, implicando portanto a aplicação de uma estratégia cognitiva determinada, se

⁴ Cf. Fluck, 1996:55 e Roelcke, 2010:86

o tradutor não quiser cair num decisionismo arbitrário, de onde resulta uma tradução deficiente ou menos conseguida se o tradutor não a souber resolver.

Assim, é de ressaltar que uma dificuldade de tradução não se prende obrigatoriamente com factores linguísticos. É então responsabilidade do tradutor ter consciência das eventuais dificuldades que o texto possa levantar, algo que deve ser considerado logo na fase de análise do texto, anterior ao próprio trabalho de tradução (*übersetzungsrelevante Textanalyse*).

A autora faz uma sistematização dos vários tipos de dificuldades com que o tradutor se pode deparar no decorrer da sua actividade, dividindo-as em dificuldades textuais, pragmáticas, cognitivas e culturais. A estes tipos de dificuldades, que se subdividem em dificuldades específicas, Ana Maria Bernardo acrescenta ainda duas dificuldades transversais: a dificuldade holística, que consiste na dificuldade de ver o texto como um todo e de tomar decisões sem perder de vista a globalidade e a intenção geral do texto, e a dificuldade de hierarquização, ou seja, a capacidade de apreciação da relevância de cada parâmetro a ter em conta na tradução.

No caso da tradução jurídica, e pela experiência pessoal adquirida nas traduções realizadas durante o estágio, este tipo de sistematização parece-me muito apropriado. É também de notar que a tradução jurídica apresenta uma dificuldade específica, que reside nas diferenças entre os diferentes sistemas jurídicos, que impossibilitam uma transposição directa para a língua de chegada.

A. Dificuldades Textuais

1. Convenções

A linguagem jurídica alemã é muito mais específica no que toca à designação do arguido dependendo da fase processual. São utilizados os termos “Beschuldigter”, “Angeschuldigter”, “Angeklagter”, “Verurteilter”. Na tradução para português, na

maior parte das vezes é simplesmente utilizado o termo “arguido”, independentemente das fases de julgamento do direito penal.

2. Estruturação

O respeito pela estruturação do texto, quando se trata de documentos oficiais é muitíssimo importante. É necessário que o texto de chegada tenha a mesma estruturação que o texto de partida, pois este, na maior parte das vezes, não é designado como tradução e é lido como sendo o texto original e, como se trata de documentos muito extensos, é necessário poder reconhecer partes de documentos pela estruturação, não só pela macroestrutura mas também pela superestrutura. Não respeitar a estruturação do texto de partida até pode confundir o leitor e fazer com que na tradução o texto perca as características próprias do respectivo tipo de texto.

2.1. Macroestrutura

2.1.1. Títulos

Documentos oficiais como cartas rogatórias, ofícios ou acórdãos são estruturados por títulos que apresentam a informação relevante de maneira sucinta, organizada e de fácil leitura.⁵ O caso n.º 3 – decisão do tribunal alemão ordenando buscas e apreensões, por exemplo, está dividido em «referência», «sentença», «dados pessoais dos arguidos», «diligências ordenadas», «motivos» e «actos puníveis como».

⁵ Por uma questão de confidencialidade, os dados pessoais contantes dos documentos traduzidos são aqui indicados por maiúsculas (ABC...XYZ) ao longo de todo o relatório.

Alemão	Português
Geschäftsnummer: x (Bei allen Schreiben angeben) [...] <p style="text-align: center;">Beschluss</p> In dem Ermittlungsverfahren gegen A geboren am xx.xx.xxxx in Stuttgart [...] wohnhaft: [...] B geboren am xx.xx.xxxx in Luxemburg[...] wohnhaft: [...] C geboren am xx.xx.xxxx in Kroatien [...] wohnhaft: [...] X geboren am xx.xx.xxxx in Burundi [...] wohnhaft: [...] Y geboren am xx.xx.xxxx in Portugal [...] wohnhaft: [...] wegen gewerbsmäßigen Bandenbetruges wird gemäß § 33 Abs. 4 Strafprozessordnung ohne vorherige Anhörung aufgrund der §§ 94, 98, 102, 105 Strafprozessordnung richterlich angeordnet: <ol style="list-style-type: none"> 1. Die Durchsuchung [...] 2. Die Beschlagnahme [...] <p style="text-align: right;"><u>Gründe:</u></p>	Referência: x (indicar em toda a correspondência) [...] <p style="text-align: center;">Sentença</p> No Inquérito instaurado contra: A nascido a xx.xx.xxxx em Estugarda [...] residente em: [...] B nascido a xx.xx.xxxx no Luxemburgo [...] residente em: [...] C nascido a xx.xx.xxxx na Croácia[...] residente em: [...] X nascido a xx.xx.xxxx no Burundi [...] residente em: [...] Y nascido a xx.xx.xxxx em Portugal [...] residente em: [...] por fraude em associação criminosa, conforme previsto no artigo 33.º, n.º 4 do Código do Processo Penal, sem audição prévia nos termos dos artigos 94.º, 98.º, 102.º e 105.º do Código do Processo Penal, foi judicialmente ordenado proceder às diligência de: <ol style="list-style-type: none"> 1. Buscas [...] 2. Apreensão [...] <p style="text-align: right;"><u>Motivos:</u></p>

[...] strafbar als versuchter gewerbsmäßiger Bandenbetrug gemäß 263 Absatz 1, 2, und 5, 22, 23 Absatz 1 Strafgesetz [...] 	[...] actos puníveis como tentativa de fraude em associação criminosa conforme previsto nos artigos 263.º, n.ºs 1,2 e 5, 22.º, 23.º, n.º 1 do Código Penal. [...]
--	--

Tabela 1 - Exemplo de estruturação de texto de partida

2.1.2. Textualidade - Coerência e coesão textual

Grande parte dos documentos a traduzir no Sector de Tradução são muito extensos e por essa razão muitas vezes o mesmo processo é distribuído pelas várias tradutoras. A coerência dos textos de chegada é crucial para não confundir o leitor. O que acontecia no Sector de Tradução era que cada elemento traduzia a sua parte e ia-se discutindo quais as melhores soluções para que se mantivesse a coerência ao longo do texto.

2.2. Microestrutura

2.2.1. Dificuldades semânticas

a) Marcas de expressividade

Para além de documentos burocráticos como as cartas rogatórias e os ofícios, também tive a oportunidade de traduzir uma carta de uma reclusa que pedia transferência para o seu país. Essa carta era carregada de emoção e a tradução desta foi um desafio, pois era necessário passar a mensagem e respeitar a forma de escrever. Para além disso, foi incluída uma letra de uma canção na língua alemã:

Alemão	Português
“Die Gefühle haben Schweigepflicht jedoch ich weiss ich schaff das nicht“ (letra de uma canção – Andreas Berg	«Os sentimentos devem ficar guardados dentro de nós, mas eu sei que não consigo resistir»

Tabela 2 – Exemplo de tradução de marcas de expressividade

b) Siglas e abreviaturas

Muitas siglas não foram fáceis de encontrar, pois correspondiam a convenções, tratados e acordos. Pesquisar siglas mostrou ser muitíssimo importante para o processo de tradução de documentos oficiais no Sector de Tradução:

Alemão	Português	Obs.
Abs. = Absatz	N.º = número	
Abt. = Abteilung	secção	
i.S. – im Sinne von / des - in Sachen	no sentido	
i.V. – in Vertretung; - in Vollmacht	em representação; por incumbência; pel’o	
i.V. m. – in Verbindung mit	em correspondência com	
iRSG – internationale Rechtshilfe in Strafsachen	Lei de cooperação judiciária internacional em material penal	lei alemã relativa ao auxílio penal
KDG – Kraftfahrzeuggesetz- durchführungsverordnung	decreto regulamentar sobre o cumprimento do Código da Estrada	Áustria
KFG – Kraftfahrzeuggesetz	legislação sobre veículos automóveis	Áustria
Lic. Ivr	licenciado em Direito	

lit	letra	
PKW	veículo ligeiro	
RA Dr. - Rechtsanwalt	advogado	
resp. AT / CH = bzw. DE	respectivamente	
SMG = Suchtmittelgesetz	legislação em matéria de estupefacientes	Áustria
whft = wohnhaft	residente	
zif	cláusula	

Tabela 3 – Exemplo de tradução de siglas e abreviaturas

2.2.2. Dificuldades morfo-sintáticas

a) Complexidade sintáctica – frases longas

Uma das características da língua alemã é a especificidade da estrutura frásica. A maioria dos textos de partida trabalhados por mim no estágio apresentava frases bastante longas. Como se trata de documentos que muitas vezes têm que incluir muita informação detalhada, esta característica é aproveitada para juntar o máximo de informação em frases relativas entre o sujeito e o verbo. Para traduzir estas frases para português, é necessário ter o cuidado de não deixar nenhuma informação de fora e ainda assim manter a compreensão na língua de chegada.

Alemão	Português
“Die Rechtshilfe gegenüber Portugal richtet sich nach dem Europäischen Übereinkommen über die gegenseitige	«O auxílio judiciário com Portugal rege-se pelas seguintes convenções ou protocolos: Convenção Europeia de Auxílio Judiciário

<p>Rechtshilfe in Strafsachen vom 20. April 1959 (EueR; SR 0.351.1), dem Zweiten Zusatzprotokoll vom 8. November 2001 zum Europäischen Übereinkommen über die Rechtshilfe in Strafsachen (ZP II EUeR; SR 0.351.12), dem Zusatzvertrag mit der Bundesrepublik Deutschland vom 13. November 1969 (ZV-D/EUeR; SR 0.351.913.61), dem Übereinkommen zur Durchführung des Übereinkommens von Schengen vom 14. Juni 1985 zwischen den Regierungen der Staaten der Benelux-Wirtschaftsunion, der Bundesrepublik Deutschland und der Französischen Republik betreffend den schrittweisen Abbau der Kontrollen an den gemeinsamen Grenzen von 19. Juni 1990 (SDÜ; ABI. L 239 vom 22.09.2000, S. 19 – 62), dem Übereinkommen Nr. 141 über Geldwäscherei sowie Ermittlung, Beschlagnahme und Einziehung von Erträgen aus Straftaten vom 8. November 1990 (GwUe; SR 0.311.53) und subsidiär nach dem Bundesgesetz über die internationale Rechtshilfe in Strafsachen vom 20. März 1981 (IRSG; SR 351.1) sowie der Verordnung über Internationale Rechtshilfe in Strafsachen vom 24. Februar 1982 (IRSV; SR 351.11).“</p>	<p>Mútuo em Matéria Penal de 20 de Abril de 1959 (SR 0.351.12); Segundo Protocolo Adicional à Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal de 8 de Novembro de 2001 (SR0.351.12); Acordo Complementar com a Alemanha de 13 de Novembro de 1969 (SR 0.351.913.61); Convenção de Aplicação ao Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985 entre os Governos dos Estados da União Económica Benelux, a Alemanha e a França relativa a uma diminuição progressiva de controlo nas fronteiras comuns de 19 de Junho de 1990 (Acordo de Schengen; JO L 239 de 22.09.2000); a Convenção n.º 141 relativa ao Branqueamento, Detecção, Apreensão e Confisco dos Produtos do Crime de 8 de Novembro de 1990 (SR 0.311.53) e subsidiariamente pela Legislação do Auxílio Judiciário internacional em Matéria Penal de 20 de Março de 1981 (SR 351.1) assim como pelo Regulamento relativo ao Auxílio Judiciário Internacional em Matéria Penal de 24 de Fevereiro de 1982 (SR 351.11).»</p>
---	---

Tabela 4 - Exemplo de tradução de legislação – frases longas

2.2.3. Dificuldades Lexicais

Os textos traduzidos no estágio obrigaram a uma pesquisa não só de terminologia jurídica, mas também de terminologia bancária, policial e terminologia relativa a estupefacientes.

a) Linguagem comum vs. Linguagem jurídica

Apesar de haver contaminações entre a linguagem corrente e as línguas de especialidade, o tradutor jurídico tem de optar pela terminologia específica da área. Segue uma tabela com alguns exemplos.

Original	Termo na linguagem comum (errado no contexto jurídico)	Tradução correcta no contexto jurídico
Staatsangehöriger	cidadão	nacional
Schreiben	carta	ofício
Beschluss	decisão	sentença
richterlich angeordnet	foi decidido por via judicial	foi judicialmente ordenado
Beklagter	acusado	arguido
betroffene Personen	envolvidos	peçoas visadas
Geldwäscherei	lavagem de dinheiro	branqueamento de capitais
Suchtgifthandel	tráfico de droga	tráfico de estupefacientes

Tabela 5 – Exemplos de Linguagem corrente vs. Linguagem jurídica

B. Dificuldades Pragmáticas

Mesmo dominando os assuntos e a terminologia específica dos textos jurídicos, há pormenores da utilização da linguagem que só a prática da tradução permite decodificar e traduzir adequadamente. Estão neste caso as partes textuais manuscritas que aparecem por vezes ao longo de um documento. Outro tópico relevante que se prende com a utilização da linguagem tem a ver com gralhas do texto de partida, e ainda outro com aspectos gráficos dos documentos (formatação, logotipos).

Seguidamente são apresentados estratégias de resolução destes três tópicos.

1. Texto manuscrito

Quando nos deparamos com um texto de partida que contenha texto manuscrito, não podemos deixar de o traduzir e devemos colocar a sua tradução no sítio idêntico da página no texto de chegada. Muitas vezes, essas notas indicam informações imprescindíveis para o destinatário. Se estiver ilegível, o tradutor deve indicar essa informação e traduzir o que for possível sem fazer suposições, pois pode passar uma informação falsa e eventualmente ser responsabilizado por esse erro.

2. Gralhas e erros no texto de partida

Esporadicamente aparecem erros e gralhas nos textos de partida e é necessário o tradutor saber quais pode (e deve) corrigir e quais os que deve transcrever sem modificar nada. Quando o tradutor decide manter um erro no texto de chegada, deve mencioná-lo em rodapé para não ser interpretado como erro de tradução. Esta situação pode acontecer quando o erro é feito numa referência, por exemplo. Se o tradutor a corrigir, apesar de ser uma gralha óbvia, isto pode comprometer o acesso ao processo num sistema informático. Também pode dar-se o caso de o nome de

alguma das pessoas mencionadas num processo estar escrito de duas maneiras diferentes. Não compete ao tradutor decidir qual está correcto e qual está errado. Nessas situações, deve manter os dois. Quando se trata de um erro que foi feito claramente por lapso, o tradutor deve corrigi-lo e fazer uma nota de rodapé.

Exemplo de erro que se deve corrigir:	Exemplo de erro que não se deve corrigir:
“Ao cuidado de Comarca do Porto, Matosinhos, Instância local, Secção Criminal ...”	“Referência: JOSEANOTNIO456”
Corrigir o erro e fazer uma nota de rodapé explicando a modificação: “O documento remetido pelas autoridades suíças, acima traduzido, é remetido – por lapso – à Comarca de Lisboa, Matosinhos.”	Este exemplo não foi retirado de nenhum processo ou documento - foi inventado por mim para não comprometer nenhum processo mas é análogo a um que surgiu numa tradução.

Tabela 6 – Exemplo – gralhas

3. Formatação

Durante o estágio, apercebi-me de que um dos grandes cuidados das tradutoras é o de respeitar ao máximo a estrutura e a formatação do texto de partida, a fim de o documento poder ser reconhecido pela formatação e o leitor ser capaz de fazer corresponder as traduções aos textos originais e vice-versa, mesmo não dominando a língua de partida.

Embora possa parecer fácil replicar a formatação do documento original, muitas vezes trata-se de texto em folhas Excel, tabelas difíceis de copiar ou caixas de texto feitas de modo aleatório. Carimbos e logotipos também devem ser mantidos, mesmo que não seja possível introduzir um exactamente igual. Não nos podemos esquecer de que muitos dos documentos originais são entregues às tradutoras em

papel. O importante é que seja passada a mesma informação para o contexto de chegada.



Logotipo do texto de partida	Logotipo do texto de chegada
	

Tabela 7 - Exemplo de logotipo utilizado numa tradução

C. Dificuldades Culturais

Um dos maiores desafios que tive de ultrapassar, e o que mais contribuiu para o meu conhecimento da área da tradução jurídica, foi a percepção da existência de muitas diferenças lexicais na terminologia jurídica da Alemanha, Suíça, Áustria ou Luxemburgo. O desconhecimento inicial dessas diferenças fez com que a minha pesquisa se cingisse à versão *standard*, normalmente a alemã, sem o cuidado de verificar se nos outros países de expressão alemã essa terminologia seria utilizada ou até compreendida.

Tive a oportunidade de aprender a lidar com esta dificuldade, uma vez que a minha orientadora local teve a preocupação de seleccionar textos de partida com essa dificuldade para eu me poder inteirar das diferenças e aprender a pesquisar terminologia jurídica da língua alemã, que difere muito de um sistema jurídico para outro.

PT	DE	AT	CH
suspensão condicional da pena, liberdade vigiada	Bewährung	bedingte Strafnachsicht	
co-autor/ cúmplice, auxílio e cumplicidade	Teilnehmer	Beitragstäterschaft	
arguido principal, como autor principal	Haupttäter	Bestimmungstäterschaft	
suspensão condicional da pena, liberdade vigiada	Bewährungsfrist	Probezeit	Probezeit
prisão preventiva	Untersuchungshaft	Vorhaft	Untersuchungshaft

Tabela 8 – Diferenças DE-AT-CH

1. Cargos e títulos estrangeiros

Esta dificuldade apareceu em quase todos os documentos que traduzi e também em muitos dos textos paralelos que analisei: os países da língua alemã

costumam mencionar o cargo e o título dos procuradores, advogados ou outros intervenientes de um processo criminal ou responsável dos serviços administrativos. Em português, não se costuma especificar tanto o título académico, utilizando-se apenas “Dr.” para a maior parte das referências de cargos e títulos.

Lic. Ivr	licenciado em Direito
RA Dr. - Rechtsanwalt	advogado

Tabela 9 – Títulos

6. Pressupostos de Conhecimento - Iniciação à Tradução Jurídica

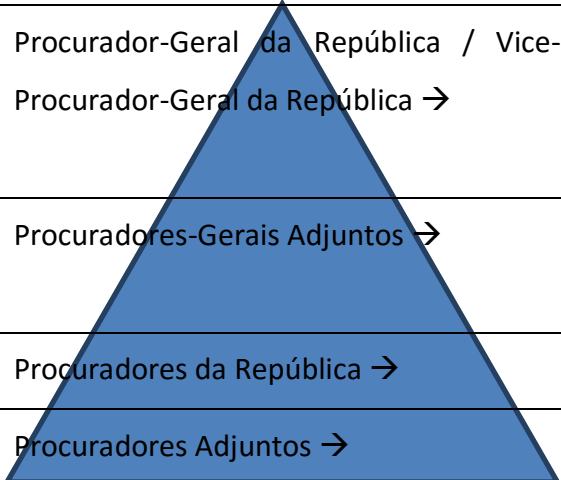
Como não tenho formação na área do Direito, foi crucial para mim familiarizar-me com a tramitação do processo-crime português e pesquisar terminologia jurídica e fraseologia específica do texto jurídico em português e alemão. Para poder traduzir documentos da área jurídica do alemão para português, foi necessário ter uma noção das equivalências nos dois sistemas jurídicos. Para compreender a que fase do processo-crime um texto de partida se refere, é necessário saber a que fase corresponde no sistema jurídico da língua de chegada. Apresentarei sistematicamente o processo-crime português, assim como informação que foi partilhada comigo pela minha orientadora do local do estágio, Dr.^a Celeste Rodrigues, informação essa que me foi muito útil para conseguir decifrar os textos de partida e inseri-los na respectiva fase processual.

É crucial compreendermos a que fase processual pertence o documento jurídico a traduzir para conseguirmos encontrar as equivalências específicas de cada uma. Se não se tiver uma ideia de como se processa um crime no país do texto de partida e no texto de chegada, corre-se o risco de cometer graves erros de tradução.

6.1. A Magistratura do Ministério Público e a Magistratura Judicial

Antes de poder começar a traduzir documentos jurídicos, foi particularmente interessante compreender a estrutura da magistratura judicial e do Ministério Público. Estas informações ajudaram muito no estabelecimento de equivalências no âmbito do processo-crime e na determinação dos nomes dos diferentes tribunais. A seguinte tabela apresenta a estrutura da magistratura do MP e a hierarquia de poder de baixo para cima, sendo o Supremo Tribunal de Justiça, o Tribunal Constitucional, o Procurador-Geral da República / Vice-Procurador-Geral da República os elementos com mais poder de decisão.

Estrutura da Magistratura do Ministério Público



Procurador-Geral da República / Vice-Procurador-Geral da República →	1. Junto do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e outros tribunais
Procuradores-Gerais Adjuntos →	2. Junto dos Tribunais da Relação (2ª instância)
Procuradores da República →	3. Junto dos tribunais de 1ª instância
Procuradores Adjuntos →	4. Junto dos tribunais de 1ª instância

Estrutura da Magistratura Judicial

Na tabela seguinte é apresentada a estrutura da magistratura judicial, designando que juiz age em que fase do processo e em que tribunal se desenrolam as diligências.

ANTES DO JULGAMENTO:

1. Fase de Inquérito	→ Juiz de Instrução Criminal	Junto dos tribunais de instrução criminal
	→ Juiz de Instrução Criminal	Junto do Tribunal Central de Instrução Criminal para criminalidade altamente complexa e transnacional
2. Fase de Instrução	→ Juiz de Instrução Criminal	Junto dos tribunais de instrução criminal
	→ Juiz de Instrução Criminal	Junto do Tribunal Central de Instrução Criminal para criminalidade altamente complexa e transnacional

JULGAMENTO:

1. Em primeira instância	→ Juiz de direito	Junto dos tribunais de comarca espalhados pelo país
--------------------------	-------------------	---

PÓS JULGAMENTO:

RECURSO	→ Juiz Desembargador	Junto dos Tribunais da Relação
	→ Juiz Conselheiro	Junto dos Supremos Tribunais de Justiça,

		Administrativo e outros
	→ Juiz	Junto do Tribunal Constitucional

6.2. O Processo-crime segundo o Sistema Jurídico Português

Antes de mais, convém diferenciar as funções de um juiz das de um magistrado do Ministério Público. Pode optar-se por uma ou outra carreira, após tirar uma licenciatura em Direito. Nas seguintes tabelas são apresentadas as diferentes fases do processo-crime em Portugal e os intervenientes.

Curso de Direito



Quer optar pela carreira de juiz ou magistrado do MP?



Formação no Centro de Estudos Judiciários (CEJ)



OU



Magistratura judicial (juízes)	Magistratura do MP (procuradores)
↓	A) FASE DE INQUÉRITO
Funções:	Funções:
1. Julgar e Proferir a sentença (1ª instância)	1. Dirigir a investigação feita pela Polícia Judiciária
2. Apreciar recursos, decidir a sua admissibilidade ou negar provimento, proferir o Acórdão (2ª instância – Tribunais da Relação)	2. Ordenar a execução de diligências (buscas, apreensões, interrogatório de arguido, inquirição de testemunha, detenção para apresentação ao Juiz de
3. Apreciar recursos ou negar provimento, proferir o Acórdão (2ª	

<p>instância)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Supremo Tribunal de Justiça tem Juízes Conselheiros • Tribunal singular (1 juiz) profere sentença • Tribunal colectivo profere acórdão 	<p>Instrução Criminal)</p> <p>3. Decidir do arquivamento do processo ou deduzir acusação (despacho de arquivamento ou despacho de acusação)</p> <p>B) FASE DE INSTRUÇÃO</p> <p>C) FASE DE JULGAMENTO</p> <p>Representar o Estado e outros, e acusar o(s) arguido(s) da prática dos crimes alegados na Acusação</p>
--	--

É crucial entender mais pormenorizadamente todos os passos do processo-crime português:

A) FASE DE INQUÉRITO

É comunicada a existência de suspeita de um crime ao MP e à PJ



O Procurador a quem o caso é entregue dirige as investigações dos Inspectores da PJ e ordena a execução de diligências necessárias para comprovar a existência – ou não – de um crime.

A PJ está integrada no Ministério da Justiça, mas os Inspectores que forem chamados a investigar a suspeita de um crime passam a estar sob as ordens do magistrado do MP.



Quando o suspeito é preso e o MP considera que ele pode ter cometido um crime, é ouvido pelo Juiz de Instrução (1º interrogatório de arguido) num prazo de 48 horas. Perante as provas apresentadas pelo MP, o Juiz de Instrução Criminal (JIC) decide se há motivo fundado de suspeita ou não. Se não, liberta o individuo. Se sim, pode ordenar que saia em liberdade com apresentação periódica às autoridades = Termo de Identidade e Residência (TIR) e fique a aguardar julgamento em liberdade com ou sem pagamento de caução, ou ainda que lhe seja aplicada a prisão domiciliária, com ou sem pulseira electrónica, ou, como medida mais gravosa, que lhe seja aplicada a prisão preventiva.



O MP continua a reunir provas até decidir se há ou não motivo para acusação.

Se não, → manda arquivar o processo através de despacho de arquivamento

Se sim, → deduz acusação através de despacho de acusação, e envia o(s) arguido(s) para julgamento.

B) FASE DE INSTRUÇÃO (facultativa)

- i. Caso o arguido não concorde com os factos que constam da acusação deduzida pelo MP ou pelo assistente
- ou

- ii. Caso a assistente entenda que há factos que não constam da acusação do MP e que quer ver acusados, ou não concorde com o arquivamento, é requerida a abertura da Instrução.



Nesta fase, o Juiz de Instrução Criminal verifica o que é dito pelo arguido ou pelo assistente. Pode requerer a realização de outras diligências ou ouvir testemunhas. Finalmente decide se a acusação ou o arquivamento foram decisões correctas. Se entender que há motivo para acusar, envia o caso para julgamento através do despacho de pronúncia.

Se entender arquivar o processo, profere um despacho de não-pronúncia.

C) FASE DE JULGAMENTO

Conforme a gravidade dos casos, o julgamento de um processo é entregue a um tribunal singular (1 juiz) ou a um tribunal colectivo (3 juízes). Em determinados casos, pode ser constituído um tribunal de júri (3 juízes + jurados, que são cidadãos comuns). O julgamento pode ter várias sessões e decorrer ao longo de meses, conforme a complexidade do caso e o número de provas a examinar.

Os intervenientes no processo são os seguintes:

- Tribunal
- Ministério Público
- Arguido
- Defensor (=advogado do arguido)
- Assistente (colaborador do Ministério Público que pode deduzir acusação particular. São aquelas pessoas que sofreram danos físicos ou morais, chamados “ofendidos”).
- Partes civis – lesados (sofreram danos materiais e exigem indemnização civil)
- Advogados do assistente e das partes civis

Existem ainda os simples participantes no processo, que contribuem para uma boa decisão da causa:

- Testemunhas
- Peritos
- Intérpretes

Os órgãos de polícia criminal (PJ, PSP ou GNR) coadjuvam as autoridades judiciárias e podem intervir como testemunhas.

Depois de produzida a prova e apresentadas as alegações (= o que as partes têm a dizer), os juízes retiram-se para deliberar.



Prolação da sentença

← →

Sentença condenatória	Sentença absolutória
(indica a escolha e a medida da pena, isto é, por que razão o arguido é condenado a uma pena e qual é essa pena = multa ou pena de prisão suspensa ou efectiva)	(absolve o arguido das acusações, se este estiver em prisão preventiva, ordena a libertação imediata)

Recursos (2ª instância)

Quem pode recorrer da sentença?

- Ministério Público
- Arguido e o assistente das decisões preferidas contra eles
- Partes civis, da parte da sentença que lhes diz respeito

O recurso da decisão preferida em 1ª instância é interposto junto do Tribunal da Relação competente (existem 5: Évora, Guimarães, Porto, Coimbra e Lisboa)

O caso é entregue a uma secção da Tribunal e o colectivo de juízes desembargadores aprecia o pedido de recurso, decidindo se deve ser:

- a) Rejeitado por ser improcedente (não ter fundamento)
- b) Aceite por ser procedente
- c) O recurso é apreciado e é lavrado o Acórdão por um dos juízes → o Juiz Relator = e pode ser:

← →

Absolutório	Condenatório
(rejeita a decisão em 1ª instância)	(confirma a decisão em 1ª instância, no todo ou em parte)

O Tribunal da Relação aprecia as questões de facto e de Direito.

Pode ainda haver recurso desta decisão para o Supremo Tribunal de Justiça, que só aprecia as questões de Direito. Em certos casos, há ainda lugar a recurso para o Tribunal Constitucional.

7. Deontologia do Tradutor

7.1. Exigências Colocadas ao Tradutor

As responsabilidades inerentes ao trabalho tradutório e o código de ética pelo qual o tradutor se deve reger são temas de grande importância e que não devem ser encarados irrefletidamente. Anthony Pym (2012) debruça-se detalhadamente sobre estes assuntos, classificando as responsabilidades do tradutor em vários princípios. Logo à partida, Pym defende que a primeira responsabilidade do tradutor é a de saber se deve traduzir um determinado texto, ou seja, se está totalmente capacitado para o fazer e para assumir plenamente como seu, o produto dessa tradução. Por outro lado, convém notar que o tradutor não é responsável pelo texto em si nem pelas ideias veiculadas nele, responsabilidade que cabe ao autor, mas pelas escolhas conscientes que faz ao traduzi-lo e pelos efeitos e consequências que delas advirem. Pym aponta ainda a responsabilidade cultural do tradutor: como mediador intercultural, o tradutor deve ter noção da importância do seu trabalho para um equilíbrio e uma cooperação entre línguas e culturas, e deve abster-se de fazer qualquer tipo de escolhas que favoreçam uma cultura relativamente a outra. Por último, há que referir que a ética e a responsabilidade geral do tradutor estão intimamente ligadas à liberdade e à subjectividade que acompanham a actividade. Com isto se quer dizer que a tradução não é uma ciência exacta: para um mesmo texto, várias traduções e várias abordagens podem estar correctas. Assim sendo, e não havendo um conjunto de regras pré-definidas a seguir, a responsabilidade maior do tradutor é a de plena consciência do trabalho que está a fazer e das escolhas efectuadas, tendo como maior vector de preocupação a absoluta fidelidade ao texto de partida.

7.2. Exigências Colocadas ao Tradutor Jurídico na PGR

Para além das competências necessárias para elaborar uma tradução que exprima o texto de partida o mais adequadamente possível na língua de chegada, o tradutor do Sector de Tradução da Procuradoria-Geral da República deve ter um conhecimento técnico abrangente dos diferentes sistemas jurídicos com os quais trabalha. É fundamental que o tradutor adquira uma noção exacta do sistema jurídico dos países das línguas de partida e de chegada, e também das áreas terminológicas tratadas no documento em causa, de modo a que a tradução seja fidedigna e claramente perceptível para o destinatário final. Conhecer as eventuais diferenças de sistemas jurídicos evita que o contexto do documento a traduzir seja mal interpretado. Muitas vezes, um termo jurídico não tem um correspondente na língua de chegada e tem uma equivalência totalmente diferente do esperado num sistema jurídico diferente.

Além das questões relacionadas com a terminologia específica, é também muito importante que o tradutor jurídico respeite a linguagem utilizada pelas diferentes instituições. Quando se trata de textos de partida de organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Conselho da Europa (CdE) e da União Europeia (EU) torna-se claro que a língua de especialidade é diferente: a linguagem da ONU é muito mais abrangente e vasta que a do CdE e da EU. Os textos de chegada têm de reflectir a língua de especialidade específica de cada organização e instituição.

Acresce ainda que, devido a permanentes alterações da realidade e, por arrastamento, da legislação correspondente, o tradutor se vê na necessidade de se actualizar constantemente sobre decisões, orientações, convénios e recomendações que, tanto a nível nacional como internacional, abordem a matéria de criminalidade violenta, complexa e altamente organizada de âmbito transnacional, já que uma das principais áreas de intervenção da Procuradoria-Geral da República se prende com essa matéria.

Apesar de a maior parte dos textos a traduzir no Sector de Tradução da Procuradoria-Geral da República serem de natureza jurídica, são traduzidos

documentos de áreas temáticas tão diversas como a medicina forense, técnicas de polícia científica, terminologia relacionada com arrombamentos e fechaduras, informática e sistemas bancários. Por essa razão, os tradutores deste sector têm de ter competências linguísticas e terminológicas alargadas que contemplem terminologia específica dessas e de outras áreas, assim como acesso a muitos recursos de pesquisa para respeitar o contexto de todas elas.

Uma vez que o trabalho das tradutoras da Procuradoria-Geral da República não passa por revisores, nem as próprias têm tempo de rever as próprias traduções minuciosamente, devido à quantidade de trabalho que têm, é feito um grande investimento na procura dos equivalentes mais adequados, logo na elaboração da tradução. Devido a esse cuidado na fase de redacção da tradução, existe no sector plena confiança no trabalho feito pelas tradutoras, algo indispensável num trabalho de tão grande responsabilidade. Um erro de tradução grave na área jurídica pode comprometer processos e até levar o tradutor a responder por ele no âmbito de um processo criminal. Como exemplos de erros temos uma simples gralha numa referência processual que pode resultar na perda de um documento importante e um erro de equivalência de crime que pode comprometer decisões jurídicas que podem afectar não só arguidos, como vítimas de um crime. Daqui se pode depreender que a responsabilidade do tradutor jurídico é acrescida em relação à dos restantes tradutores, uma vez que se exige que o tradutor jurídico respeite de forma imparcial quer o assunto tratado nos documentos traduzidos, quer todos os agentes que intervêm num processo judicial.

A maior parte das traduções é assinada e no final dos textos de chegada é prestada a seguinte declaração: “Declaro que a tradução supra, feita por mim, é uma tradução fiel e correcta do documento redigido em língua alemã.” O facto de se assinar cada tradução demonstra confiança no próprio trabalho, mas também responsabiliza totalmente os tradutores, se cometerem um erro que resulte num mal-entendido.

A experiência pessoal dos tradutores do sector é enriquecida pela constante partilha de conhecimento com os tradutores da mesma instituição mas também de outras, e pelo debate sobre vários assuntos relativos à tradução nos “Encontros de

Tradutores da Administração Pública” que têm vindo a acontecer anualmente desde 2010 na Assembleia da República.

7.3. Ferramentas do Tradutor Jurídico – Entre a Acessibilidade e o Sigilo

Como já foi referido acima, no Sector de Tradução da Procuradoria-Geral da República não são utilizados programas informáticos de apoio à tradução, como ferramentas CAT, nem memórias de tradução. Ao questionar as tradutoras sobre o porquê de apenas trabalharem com *sites* de pesquisa da internet e dicionários, compreendi a razão para tal: o volume de trabalho que têm e a urgência da maior parte das traduções faz com que o uso de tais programas de tradução ocupasse tempo precioso, pois há sempre questões de natureza técnica de informática com que é necessário lidar. A Procuradoria-Geral da República já adquiriu no passado o programa *SDL Trados*, mas contudo não existia verba suficiente para contratar apoio técnico para lidar com o aparecimento dos primeiros *bugs* que atrasavam o trabalho das tradutoras e as impediam de continuar a utilizar o programa, pelo que se desistiu da sua utilização.

É um facto que programas informáticos de apoio à tradução como o *SDL Trados*, o *Wordfast* ou o *MemoQ* têm um grande potencial no que toca a facilitar a tradução em várias áreas de tradução. Em muitas áreas da tradução técnica, como a farmacêutica ou a engenharia, é de grande valor utilizar este tipo de programas, já que na maioria das traduções vai ser utilizada muita terminologia idêntica. Este tipo de programas tem a possibilidade de criar e guardar glossários ilimitados que permitem que um texto seja objecto de um tratamento, designado de pré-edição, ainda antes de começar a tradução humana. Desta forma, é possível diminuir em muito o tempo de pesquisa e tradução, pelo que estes programas são de extrema utilidade na maior parte das áreas da tradução técnica e científica. Porém, a especificidade do texto jurídico de carácter oficial trabalhado na PGR torna a experiência e o conhecimento de ferramentas por parte de tradutores humanos mais consistentes e fiáveis. A razão para esta supremacia reside no facto de a língua de especialidade jurídica, utilizada nos

documentos oficiais, e consequentemente nas traduções, ser muito específica, recorrendo ao uso de colocações muito próprias. Neste aspecto, a vasta experiência dos elementos do Sector de Tradução da PGR revela-se muito mais valiosa do que qualquer programa de auxílio informático.

Outra das razões pela qual as tradutoras não se apoiam neste tipo de programas informáticos é talvez a mais importante: prende-se com o facto de toda a documentação a traduzir ser confidencial e existir em formato papel e não em formato digital. Para dificultar ainda mais esta questão, os documentos a traduzir muitas vezes vêm numa formatação muito difícil de reproduzir, como tamanho de letra minúsculo, tabelas, incluindo muitas partes manuscritas, impossíveis de segmentar em programas informáticos.

Mesmo que se conseguisse ultrapassar todos os pontos referidos, outra questão se levantaria: são documentos oficiais e de extrema importância, pelo que é necessário assegurar a sua completa protecção e inviolabilidade. É também essencial a existência física de todos os documentos oficiais. Se a isso juntarmos as questões relacionadas com potenciais ataques cibernéticos, fica claro que a utilização de programas informáticos de apoio à tradução na PGR traria mais desvantagens que vantagens.

Para que a utilização de ferramentas TAC passasse a ser realmente benéfica para as tradutoras da PGR, seria necessário modificar vários aspectos que protegessem os textos de partida de uma possível perda e assegurar que estes programas fossem alimentados para que pudessem ser utilizados com eficiência, rapidez e confiança.

8. Metodologia de Trabalho

8.1. Metodologia Pessoal

O espaço de trabalho foi partilhado com a orientadora local, Dr.^a Celeste Rodrigues e a Dr.^a Teresa Lourenço. Tive a oportunidade de compreender como era o

dia-a-dia de trabalho e como as tradutoras ultrapassavam algumas das dificuldades de tradução que se apresentavam. Segundo as tradutoras, a partilha do mesmo espaço tem vantagens e desvantagens, mas afirmam que o excelente ambiente de trabalho compensa todas as contrariedades. As maiores vantagens de trabalhar no mesmo espaço são a imediata troca de informação e a maior facilidade na clarificação de dúvidas, enquanto os pontos menos positivos se prendem com a perda de privacidade e a necessidade de um maior esforço de concentração.

Ainda antes de iniciar o estágio, procurei inteirar-me sobre o Direito em Portugal, mas como é uma área muito vasta, quando comecei a aprender como pesquisar, o que pesquisar e onde pesquisar, dei-me conta que apenas trabalhando ao lado de pessoas com a experiência da Dr.^a Celeste Rodrigues e da Dr.^a Teresa Lourenço, que me transmitiram muito conhecimento, seria possível saber distinguir a informação que me iria ajudar da que era irrelevante. Foi muito benéfico trabalhar no gabinete da minha orientadora e poder esclarecer dúvidas e acompanhar de perto os desafios e as dúvidas que surgiam nas traduções, e como estes eram ultrapassados pelas tradutoras.

De modo a não cometer erros derivados da minha inexperiência em tradução jurídica e falta de à-vontade com conceitos jurídicos, tinha como princípio fazer uma detalhada análise do texto na fase anterior à tradução. Antes de começar a traduzir, lia-o integralmente para compreender de que tipo de documento se tratava e qual a temática abordada, anotando quaisquer dúvidas que surgissem nessa primeira leitura. O trabalho anterior à tradução abrangia também a pesquisa sobre a origem do documento, de que sistema jurídico se tratava e se incluía alguma convenção sobre a qual devesse pesquisar. Depois de ter respondido às questões que me tivessem aparecido, iniciava a tradução.

A minha competência de investigação foi-se aperfeiçoando à medida que me fui familiarizando com os conceitos que apareciam nos textos de partida com mais frequência, para o que também contribuiu para a necessidade de alargar a minha pesquisa a outros campos, tal como a química, quando foi necessário traduzir nomes de estupefacientes, ou a terminologia bancária. Ao longo do estágio, fui elaborando um glossário de toda a terminologia que de alguma forma tenha sido utilizada, não só

dos textos de partida e chegada mas também de qualquer outra terminologia ou expressão da linguagem jurídica que achasse que poderia ser útil para uma próxima tradução ou para a compreensão do funcionamento de diligências jurídicas.

Antes de começar o estágio, tinha a ideia de que as tradutoras do Sector de Tradução tinham acesso a variadíssimos glossários jurídicos e que havia uma quantidade enorme de *sites* da internet para se fazer a pesquisa de terminologia jurídica alemã e portuguesa. Pensava que seria importante procurar textos paralelos para conhecer a linguagem utilizada no âmbito jurídico, mas essa tarefa não é simples, já que não há muita informação disponível no par linguístico Alemão/Português, e a que há é muitas vezes de qualidade duvidosa. Acabei por compreender que a melhor forma de ganhar experiência no ramo da tradução é mesmo a prática constante e dedicada.

Como os documentos traduzidos abrangem variadíssimas áreas, a pesquisa é feita não apenas em fontes de cariz jurídico mas também cobre muitas outras áreas de especialidade.

8.2. Correções da Orientadora no Local de Estágio

Uma segunda vertente da metodologia de trabalho ao longo deste estágio, vertente essa que foi decisiva para os progressos da minha competência tradutória, consistiu num acompanhamento muito empenhado da orientadora local nas fases anterior e posterior à minha tradução. Na primeira fase, a minha orientadora no sector de tradução, Dr.^a Celeste Rodrigues, seleccionava textos de partida que tivessem problemas tradutórios interessantes que pudessem contribuir para o desenvolvimento da minha estratégia de tradução e para a compreensão de alguns conceitos imprescindíveis para a tradução de textos jurídicos de alemão para português.

Antes de me passar o texto de partida, a Dr.^a Celeste preenchia uma ficha de trabalho acerca de cada caso de tradução. Nessa ficha era identificado o caso, indicando-se igualmente o tema do texto de partida, o tipo de documento (carta rogatória, extradição, transferência, delegação de processo criminal, diversos), e quais

as dificuldades que aquele texto podia apresentar (siglas, abreviaturas, texto manuscrito, texto ilegível, terminologia, diferentes sistemas jurídicos, ambiguidades ou outras, como, por exemplo, convênios internacionais, terminologia bancária, fraseologia específica das comunicações oficiais, linguagem corrente vs. linguagem jurídica, formulações já convencionadas, etc.). Era especificado o nível de dificuldade do documento (baixo, médio, elevado) e após a entrega da minha tradução era feita uma apreciação do trabalho desenvolvido, com comentários quanto à abordagem das dificuldades do texto, a capacidade de resolução dessas dificuldades, a qualidade e a eficácia demonstrada no trabalho apresentado.

A fim de desenvolver a minha capacidade de compreensão da linguagem jurídica, foram partilhados comigo, ao longo de todo o estágio, documentos, textos paralelos e informação redigida pela Dr.^a Celeste, que em muito contribuíram para a minha aprendizagem e sucesso nas traduções realizadas.

CONCLUSÃO

Após a conclusão do estágio curricular, a elaboração deste relatório obrigou-me a uma profunda reflexão sobre os objectivos a que me propus no início e sobre a realidade profissional que encontrei, e de que forma essa realidade foi, ou não, de encontro às minhas expectativas.

No seguimento da parte curricular do mestrado, que me dotou dos fundamentos teóricos necessários a uma compreensão do funcionamento do mundo da tradução, e tendo já à partida perfeita noção de que a ideia preconcebida de que basta saber uma língua para se poder traduzir é completamente errada, não posso deixar de admitir que o contacto com a realidade da tradução jurídica me fez compreender que, além dos conhecimentos terminológicos e das competências tradutórias necessárias à elaboração de uma boa tradução, a tradução jurídica se reveste de uma notável singularidade, que assenta em grande parte na necessidade de um extensivo conhecimento da fraseologia das comunicações oficiais.

Nesta linha de pensamento, o enquadramento teórico a que se procedeu na elaboração deste relatório, e que assentou nos tópicos da competência tradutória e respectivas subcomponentes, na caracterização geral das línguas de especialidade, no reconhecimento de diversos tipos de dificuldades de tradução e no conhecimento básico da área jurídica previamente à tradução, bem como na tomada de consciência das exigências éticas colocadas ao tradutor jurídico, se revelou extremamente útil para potenciar a rapidez e a eficácia na procura das soluções de tradução.

De igual modo, a metodologia de trabalho seguida no Sector de Tradução da PGR, bem como a metodologia por mim desenvolvida ao longo do estágio, vieram incrementar a minha capacidade de resposta, a velocidade do ritmo de trabalho e ainda a adequação das soluções de tradução encontradas. Como resultado, as minhas traduções tornaram-se progressivamente mais fiáveis e mais correctas, na medida em que os conhecimentos teóricos foram progressivamente integrados na prática tradutória.

Posso então afirmar sem dúvida nenhuma que este estágio foi extremamente proveitoso não só a nível do trabalho prático realizado, mas também por me ter

inserido num contexto tradutório ao qual não teria acesso de outra forma. Devo dizer que tal aperfeiçoamento das subcompetências tradutórias, em particular das competências textual, de investigação e do assunto, incluindo a terminologia adequada, só foi possível devido ao excelente ambiente de trabalho, bem como ao constante apoio, solicitude, experiência e excelentes capacidades profissionais dos elementos do Sector de Tradução da PGR com quem tive o prazer de trabalhar, em especial a minha orientadora de estágio na instituição, Dr.^a. Celeste Rodrigues.

Assim, decorrido já algum tempo sobre o final do estágio e depois da reflexão a que este relatório me obrigou, só posso concluir que esta foi uma experiência altamente enriquecedora e que vai indubitavelmente ser de extrema utilidade para o meu futuro profissional.

Após 400 horas de estágio curricular a traduzir documentos jurídicos de alemão para português, importa ainda referir que esta experiência me ajudou a abandonar preconceitos acerca da tradução jurídica. Efectivamente, não basta conhecer uma língua para saber traduzir documentos jurídicos com qualidade. De igual modo, o simples conhecimento de terminologia, adquirido em glossários bilingues, não conduz a traduções adequadas à sua finalidade comunicativa, o que só a prática efectiva da tradução pode assegurar.

BIBLIOGRAFIA

Bernardo, Ana Maria, «A Competência Tradutória» in Saberes no Tempo – Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos, Lisboa, Edições Colibri, 2001:555-565

Bernardo, Ana Maria, «Para uma tipologia das dificuldades de tradução» in Runa: Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos, n.º 27, 1997-98:75-93

Jung, Lothar, *Rechtswissenschaft – Lese- und Arbeitsbuch*, Germany, Hueber Verlag, 1994

Köbler, Gerhard, *Rechtsportugiesisch: Deutsch-portugiesisches und portugiesisch-deutsches Rechtswörterbuch für jedermann*, Verlag Vahlen, 2006

Roelcke, Thorsten, *Fachsprachen*. Berlin: Erich Schmidt, 2010:15-103

Fluck, Hans-R., *Fachsprachen*. Tübingen: Francke, 1996

Pym, Anthony, *On Translator Ethics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2012:67

SÍTIOS ELECTRÓNICOS

Eur-lex Acesso ao direito da União Europeia. <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>
[Consultado entre 01-10-2015 e 04-01-2016]

IATE – Interactive Terminology for Europe. Disponível em:
<http://iate.europa.eu/SearchByQueryLoad.do?method=load> [Consultado em 01-10-2015 e 04-01-2016]

Linguee. <http://www.linguee.pt/alemao-portugues> [Consultado entre 01-10-2015 e 04-01-2016]

ANEXO A: GLOSSÁRIO ELABORADO DURANTE O ESTÁGIO – DE-PT

ALEMÃO	PORTUGUÊS	OBS.
Abfertigung, Anordnung, Erledigung, Versand, Erlass , Beschluss	despacho	
Abgabenvorschrift	disposição fiscal, normas tributárias	
Abordnung	delegação	
Abs. = Absatz	N.º = número	
Absicht, Zweck, Intention	intenção	
Abt. – Abteilung	secção	
abweisen	indeferir	
Abweisung des Antrags	indeferimento do pedido de declaração de nulidade	
Agent(in), Handelnde, Hilfsbeamt(in), Makler(in), Urheber(in), Vertreter(in)	agente	
Akte	auto	
Aktenzeichen	nº. de processo, referência	
Aktiengesellschaft	Sociedade Anónima	
Amtsermittlung, Maßnahmen	diligência(s)	
Amtsgericht	tribunal judicial, de 1ª instância, Tribunal de Comarca	
Amtsperson	oficial de justiça	
Anfrage	pergunta, pedido, interpelação	

angefochtenes Urteil	acórdão recorrido	
Angeklagter, Beschuldigter	arguido, réu (direito cível), requerido	PT = não se distingue, sempre arguido no direito penal
angerechnet	calculado, imputado	
angesichts	atento(a)	
Anhang, Anlage, Beilage	anexo	
Anhänger	reboque	
Anhörung	audiência	
Anklage	acusação	
Anordnung von Maßnahmen	Tomada de medidas cautelares	
Anwaltsvereinigung	Ordem dos Advogados	
Anwesenheits- und Fragenrecht	direito de estar presente e interrogar	
Arbeitsgesetzbuch	Código do Trabalho	
Arrest, Festnahme, Gefangennahme, Gewahrsam, Haft, Inhaftierung, Innehabung, Internierung, Verhaftung	detenção	
Art des Verbrechens, der Straftat	natureza do crime	
auf eine Anregung	por sugestão de	
Aufenthalt	residência, permanência, localização	
aufheben	anular, revogar, suspender	
Aufhebung	levantamento, quebra	
Auftrag	mandato, ordem judicial	
Aufzeichnung	nota	

Ausführung der Aufträge	execução de ordens	
ausgeführt	levado a cabo	
ausgesprochen	pronunciado	
Auskunft	informação	
Auslieferung	extradição	
authentifizieren	autenticar	
autonome Inselregionen	Regiões autónomas	
Bankbelege	documentos bancários	
Bearbeiter	responsável	
beauftragen	instruir	
bedingte Strafnachsicht (Áustria)	suspensão condicional da pena, liberdade vigiada	Alemanha = Bewährung
befriedet	em seu nome	
Begehung der Straftat	prática de um crime	
beglaubigte Kopie des portugiesischen Urteils mit Anmerkung von Eintritt in Rechtskraft	Cópia autenticada da sentença penal portuguesa com nota de trânsito em julgado	
begründen	fundamentar	
Begründungspflicht	dever de fundamentação	
Begünstigter	beneficiário	
Behauptung, Berühmung, Versicherung, Vorbringen, Vortrag	alegação	
Behörde	autoridade, repartição, secção, gabinete	
bei der Gefahr	em caso de perigo	
Beigeordnete(r) Generalbundesanwalt	Procurador-Geral Adjunto	
Beisein	presença	
Beitragstäterschaft (AT),	co-autor, cúmplice,	AT/DE

Teilnehmer (DE)	auxílio e cumplicidade	
Bekanntgabe	comunicação, anúncio, promulgação, publicação	
Berichterstatter(in)	relator(a)	
berufen	invocar	
Berufung	recurso	
Berufungsverfahren	revisão do processo, processo de recurso	
Bescheinigung	certificado	
Beschlagnahme	apreensão	
Beschluss	decisão	
Besitz	posse	
Besitztum, Eigentum	propriedade	
Bestandteil	componente	
bestätigen	confirmar	
Bestimmungstäterschaft (AT), Haupttäter (DE)	arguido principal, como autor principal	AT/DE
Betroffener	envolvido	
Betrug	fraude	
betrügerischer Missbrauch einer Datenverarbeitungsanlage	abuso fraudulento de uma unidade central de tratamento de dados	
Beurteilung	juízo	
Beurteilung, Entscheidung, Richterspruch, Spruch, Urteil	Julgamento, decisão, jurisprudência, sentença	
Beweismittel	meios de prova	
Bewilligung	concessão, outorga, deferimento, autorização, licença	
Bewirtschaftung	gestão, desenvolvimento	
Bezirkshauptmann	chefe da administração	

	distrital	
Bezirkshauptmannschaft	departamento da administração distrital	
Bildung krimineller Vereinigung	crime de associação criminosa	
Brennerpass	Passagem de Brenner	
Buch des Gesetzhandelsgesellschaft	Código das Sociedades Comerciais	
Buchungsschlüssel	chave de lançamento	
Buchungsunterlagen	registos contabilísticos	
Bundesamt für Justiz	Departamento Federal da Justiça	
Bundesgerichtshof	Supremo Tribunal Federal	
Bundesgesetz	lei federal	
Bürgerliches Gesetzbuch	Código Civil	
Dienstsiegel	selo branco	
Dolmetscher(in)	intérprete	
Durchführung des ordentlichen Verfahrens	execução do processo ordinário	
Durchsuchung(en)	busca(s)	
Durchwahl	extensão, número de telefone directo	
Eigentum	propriedade	
ein Verfahren von Vollstreckung eines portugiesischen Strafurteils im Ausland	execução no estrangeiro de sentença penal portuguesa	
eingehend	minucioso, detalhada, aprofundado, exaustivo	
eingezogen	confiscado	

Einnahme	receita, renda, rendimento	
Einnahme eines Augenscheins	exame	
Einnahmequelle	fonte de rendimentos	
einstellen	arquivar	
Einvernahme, Verhör, Vernehmung	interrogatório	
einwilligen	consentir	
Einziehung, das Einziehen, Gefangennahme, Inhaftierung, Sicherstellung, Verhaftung	apreensão, recuperações de activos	dependendo do contexto
Empfangsstelle	entidade requerida	
endgültige Entscheidung	decisão final	
Entziehung des Fahrerlaubnis	apreensão provisória da carta de condução	
erforschen	investigar	
erheben	elevantar, levantar, recolher, impor, restaurar	
erheblich	considerável, grande	
Erledigung	execução, cumprimento	
Ermittlung	Investigação, inquérito	
Ermittlungsrichter	Juiz de Instrução Criminal	
Ermittlungsverfahren	procedimento de instrução, de investigação; fase de inquérito	
Ersatz der Kosten	despesas incorridas	
Erst-, Zweit-, Drittangeklagter (AT)	primeiro, segundo, terceiro arguido	
Ersuchen, Antrag	requerimento, pedido	
Ersuchender, ersuchende	requerente	

Stelle		
erteilen	conceder	
Europäischer Haftbefehl	mandado de detenção europeu	
Europäisches Übereinkommen über die gegenseitige Rechtshilfe in Strafsachen	Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal	
Exzellenz	Sua Excelência	
Fachbereich Rechthilfe	Sector de auxílio judiciário	
Fall	caso	
fallen auch die Kosten	os custos são da responsabilidade (do arguido), suporta os custos, encargos	
feststellen	determinar	
fingieren	falsificar, fingir, forjar	
Folge leisten	dar seguimento	
Freiheitsstrafe	pena de prisão	
Freispruch	absolvição, sentença absolutória	
Friedengericht	Julgado de Paz	
für verfallen erklärt, vermögenswert	passível de caducidade, expirar	
Gang des Verfahrens	trâmites do processo, processuais	
gegebenenfalls	e se for caso disso	
Geldstrafe	multa	
Geldverkehr	operações bancárias, financeiras	
Geldwäschereiverfahren	Processos de	

	branqueamento de capitais	
Geldwäscherrei	branqueamento de capitais	e não: lavagem de dinheiro
geltende Übereinkommen	convenções aplicáveis	
gemäß	conforme, segundo,	
gemeinsame Grenze	fronteira comum	
Genehmigung, Zunehmigung	autorização, consentimento	
Generalbundesanwalt	Procurador-Geral Federal	
Generalstaatsanwalt(in)	Procurador-Geral da República	
Generalstaatsanwaltschaft	Procuradoria-Geral da República	
geprüft	examinado, avaliado	
Gericht	tribunal	
gerichtliche Handlung	acto judicial	
gerichtliche Scheidung	divórcio litigioso	
Gerichtsbezirk Lissabon	Tribunal judicial da comarca de Lisboa	
Gerichtshof	Tribunal de Justiça	
Geschäftsraum	local comercial, local de negócio	
Geschäftszeichen, Aktenzeichen, Geschäftsnummer	referência, número de processo	
Gesetz	lei	
Gesetzgebung	legislação	
gesetzliche Auflagen	requisitos legais	
gestrecktes Kokain	cocaína com traçado	
gestützt	apoiado	

gewöhnliches Verfahren	processo comum	
Grenzmengen	limite, quantidade máximo(a) legal	
Grund	causa, razão, fundamento, motivo	
Grundsatz des Gutgläubensschutzes	princípio de boa-fé	
Haft(zeit)	período de detenção, tempo de prisão	
Haftbefehl	mandado de captura	
Hauptsatzung, Satzung, Vorschrift	estatuto	
Hauptverhandlung	audiência principal	
Hauptverhandlung	fase de julgamento, audiência principal	
Hausdurchsuchung	busca domiciliária	
Heroin	heroína	
Hilfsberichterstatte	relatora adjunta	
Höchstgeschwindigkeit	limite máximo de velocidade	
Honorkonsul	cônsul honorário	
i.S. – im Sinne von, des - in Sachen	no sentido	
i.V. – in Vertretung; - in Vollmacht	em representação; por incumbência, pel'o	
i.V. m. – in Verbindung mit	em correspondência com	
im Einzelnen beschrieben	descritos pormenorizadamente	
im Rahmen des Verfahrens	no âmbito do processo	
in Anbetracht	face a	
in Betracht kommenden	disposições legais	

Strafvorschriften	aplicáveis	
in Rechtskraft erwachsenen	resultante de força de lei, transitado em julgado	
in Zweifelsfall	em caso de dúvida	
Information über die Freiheitsstrafe dieses überhängenden Verfahrens	Informação sobre o tempo de privação de liberdade à ordem do processo português aqui em causa	
Internationale Rechtshilfe	auxílio judiciário internacional	
iRSG – internationale Rechtshilfe in Strafsachen	Lei de cooperação judiciária internacional em matéria penal	lei alemã relativa ao auxílio penal
Jugendgericht	Tribunal de menores	
Jurastudium	curso de direito	
Juridischer, rechtlicher Prüfer	auditor	
Jurist	licenciado em direito	
Justizangestellter	funcionário judicial	
Kanton Bern	cantão de Berna	
KDG – Kraftfahrgesetz- durchführungsverordnung AT	decreto regulamentar sobre o cumprimento do Código da Estrada	
KFG – Kraftfahrgesetz AT	legislação sobre veículos automóveis	
Kokain	cocaína	
Korrespondenzbank	correspondente bancário	
kraft Gesetzes	por força da lei	
Kraftfahrzeug	veículo	
Kreisen	concelhos	
Kriminalpolizei	Polícia Judiciária,	

	Departamento de Investigação Criminal	
kriminelle Absprache	conivência criminosa	
Kurzfristigkeit	reduzido prazo	
Landesgericht	Tribunal superior	
Landgericht	Tribunal Regional	
leitend	que exerce funções de direcção	
Lenker	motorista, condutor	
Lic. Ivr	licenciado em Direito	
lit	letra	
lokale Instanz	instância local	
Magistrat	magistrado	
Ministerieller Zulässigkeitserlass	Despacho de admissibilidade ministerial	
Misstat, Straftat, Verbrechen	crime, acto delictuoso	
mitteilen	comunicar, informar, notificar	
Mitteilung	Notificação	
Mitwirkung	intervenção	
Mobiliarzwangsvollstreckung	execução sobre bens móveis	
negativ verlaufen	resultado negativo	
nicht anfechtbar	não passível de recurso	
Nichterschein des Beschuldigten	não comparência do arguido	
Notiz	notificação	
Oberlandesgericht	Tribunal da Relação Estadual, de 2ª instância	
Oberstaatsanwalt	Procurador do tribunal	

	de 2ª instância	
Oberster Gerichtshof	Supremo Tribunal de Justiça	
Öffentliches Recht	Direito público	
ohne jegliche Einschränkung	sem qualquer objecção	
Ombudsman	Provedor de Justiça	
Ordentliche Gerichte (erste Instanz)	Tribunais ordinários (1ª instância)	
Organ, Körperschaft	órgão	
Parlament	Assembleia da República	
Personalien	dados pessoais	
Personenstandsregister	registo civil	
PKW	veículo ligeiro	
Polizeipräsidium	departamento policial	
portugiesische Strafverfolgungsbehörden	autoridades de acção penal portuguesas	
Privatrecht	Direito privado	
Probezeit	suspensão condicional da pena, liberdade vigiada	Áustria + Suíça. Alemanha = Bewährungsfrist
Protokoll aufnehmen	lavar autos	
Prüfung	apreciação	
RA Dr. - Rechtsanwalt	advogado	
Raub	roubo	
rechtlich selbstständig	legalmente independente	
rechtmäßig	legalmente estabelecido	
Rechtsfrage	Questão de Direito	
Rechtshilfe	auxílio judiciário	
Rechtshilfeersuchen	carta rogatória	
Rechtshilfeverkehr	processo de auxílio judiciário	

rechtskräftig	transitado em julgado	
Rechtsmittelgericht	Tribunal de recurso (2ª instância)	
Rechtssprechung	jurisdição	
rechtzeitig zu Verfügung stellen	oportunamente fornecidas	
Regierung	Governo	
Regierungen der Staaten der Benelux-Wirtschaftsunion	Governos dos Estados da União Económica do Benelux	
Region Oberland	região de Oberland	
reines Kokain	cocaína pura	
resp. AT/CH = bzw. DE	respectivamente	
Richter	juiz	
richterliche Anordnung	ordem judicial	
Richterschaft	magistratura	
Rückgabe	restituição	
Sachbearbeiter	empregado especializado, agente operacional	
sachdienliche Angaben	informação útil	
Sachfrage, Tatfrage	questão de facto	
Sachverhalt	factos	
Schmuggel	tráfico, contrabando	
Schöffen	jurado	
Schöffengericht	Tribunal de Jurados	
Schreiben	ofício	
Schriftführer	secretário	
Schriftstück	relatório	
schrittweisen Abbau	diminuição progressiva	
schuldig	culpado	

Schuldner	devedor	
Schuldrecht	Direito das Obrigações	
Schuldspruch	sentença	
schwerer Diebstahl	furto qualificado	
sich begnügen	limitar-se	
sich richten nach	reger-se por (disposições jurídicas gerais), em conformidade com o artigo	
sichergestellt	protegido	
sichergestellter Geldbetrag	montante assegurado	
Sicherheitsleistung	prestação de caução	
sind noch im Gange	correm termos	
SMG = Suchtmittelgesetz	legislação em matéria de estupefacientes	Áustria
Staat	Estado	
Staatsangehöriger	nacional, cidadão	
Staatsanwalt	Procurador	
Staatsanwaltschaft	Procuradoria, Ministério Público	dependendo do contexto
Staatspräsident	Presidente da República	
statuiert	estabelecido, determinado	
Stellung der deutschen zuständigen Justizbehörde	Posição assumida pela competente autoridade judiciária alemã	
Strafgesetzbuch	Código Penal	
Strafkammer	secção criminal	
Strafprozessordnung	Código do Processo Penal	
Strafrecht	Direito penal	
strafrechtliche	matéria penal	

Angelegenheiten		
Strafsache	causa penal, causa criminal, processo penal	
Strafschärfung	sanções, penalizações	
Straftatbestand	elemento constitutivos de um delito	
Strafverfahren	processo penal	
Strafverfolgung	procedimento criminal	
Strafvollstreckung	execução da pena	
Straßenkilometer - StrKm	quilómetro	
subsidiär	subsidiariamente	
Suchtgifte	estupefacientes	
Tatverdacht	suspeita de crime	
Übereinkommen	convenção, acordo	
Übereinkommen über Geldwäscherei sowie Ermittlung, Beschlagnahme und Einziehung von Erträgen aus Straftaten	Convenção relativa ao Branqueamento, Detecção, Apreensão e Confisco dos Produtos do Crime	
Übereinkommen zur Durchführung des Übereinkommens von Schengen	Convenção da aplicação do acordo de Schengen	
überhängend	que aí pende	
übermitteln	transmitir	
Übernahme	transferência, atribuição, encargo	
Überwachung des Fernmeldesverkehrs	escutas telefónicas	
Überwachung des Postverkehrs	exame de correspondência postal	

Überweisungen ausführen	efectuar transferências bancárias	
Umfang der Aufhebung	no âmbito da anulação	
Umsetzung	transposição, transferência, remoção	
unbestimmt	incerto	
unerlaubter Umgang	tratamento ilegal	
unfähig, ungeeignet	impróprio(a)	
unparteiisch	imparcial	
unterstützen	coordenar, apoiar	
Untersuchung von Personen	revista	
Untersuchungshaft	prisão preventiva	
Untersuchungshandlungen	investigações, inquéritos	
Urkunde	certidão	
Urkundsbeamter(in)	escrivã(o) auxiliar	
Urkundsbeamter(in) der Geschäftsstelle	escrivã(o) de direito	
Urteil	sentença proferida, acórdão	
Verbrechen des Suchtgifthandels	crime de tráfico de estupefacientes	
Verdacht	suspeita	
Verdunkelungsgefahr	risco de destruição de provas	
Verfahren	processo	
Verfassung	constituição	
Verfassungsgericht	Tribunal Constitucional	
Vergehen der Nötigung	crime de coacção	
verhältnismäßig	proporcional	
verhängen	impor, aplicar	
Verlängerung der Frist	prorrogação do prazo	

Verlust von Beweismitteln	extravio de meios de prova	
vermeintlich	alegado, presumível	
vermögenswert	passível de caducidade	
Vermögenswerte	ativos financeiros, património, bens	
Vernehmung des Beschuldigten	interrogatório do arguido	
Vernehmung des Zeugen	audição, inquirição de testemunhas	
Verordnung	decreto, regulamento	
verschaffen	arranjar, conseguir, procurar, proporcionar, fazer, organizar	
Verschärfung	agravamento	
Verteidiger	defensor	
Verteidiger(in)	defesa, advogado(a)	
verurteilen	condenar	
Verurteilter	condenado	
Verwaltungsstrafverfahren	processo de sanção administrativa	
Verwaltungsübertragung	infracção , contra-ordenação	
verweigern , ablehnen	recusar	
Verweigerung	recusa, rejeição	
Vize-Generalstaatsanwalt (in)	Vice-Procurador-Geral da República	
Vollmacht	procuração	
Vollstreckungsbeamter	agente de execução	
Vollstreckungsordnung	à ordem do processo	
Vollstreckungsverfahren	processo de execução	

Vollzug	execução	
vom Widerruf	da revogação	
Voraussetzungen	pressupostos	
Vorführungsandrohung	ordem de comparência	
Vorhaft (Áustria)	prisão preventiva	Alemanha e Suíça = Untersuchungshaft
Vorläufige Entziehung der Fahrerlaubnis	remoção temporária da carta de condução	
vorläufige Entziehung des Fahrerlaubnis	apreensão provisória da carta de condução	
Vorsitzender	presidente	
Vortat (no âmbito de branqueamento de capitais)	acto preparatório	
Vorverhandlung	audiência preliminar	
Vorwurf	repreensão, objecção, acusação	
vorzeitig	antecipado	
Waffenbesitz und Waffenhandel	crime de detenção e tráfico de armas	
welche Tat ihm zur Last gelegt wird	quais os actos que lhe são imputados	
Wertersatz	valor	
whft = wohnhaft	residente	
wider	contra	Áustria
wie befohlen	conforme ordenado	
wohnhaft	residente	
wurde befürwortet	foi declarado admissível	
Zahlung	pagamento	
Zahlungsauftrag	ordem de pagamento	
Zeichen	referência	
zif	cláusula	

Zivilprozessordnung	Código do Processo Civil	
zu Protokoll geben	para que conste	
zu rechnen	imputar	
zu Recht erkannt	a justiça considerou	
Zueignungsabsicht	propósito ilícito de apropriação	
zugunsten = zum Vorteil, zum Nutzen, für	para benefício de	
zuhanden des	ao cuidado de	
Zulässigkeit	elegibilidade, admissibilidade	
Zulassungsbesitzer	proprietário de registo	
zum Zweck der Vollstreckung des Urteils	para efeitos da execução penal	
Zunehmigung	autorização	
Zusatzprotokoll	protocolo adicional	
Zusatzvertrag	contrato adicional	
zuständige deutsche Behörden	autoridades judiciárias competentes alemãs	
zuständige Justizbehörde	autoridade judiciária competente	
zuständige kantonale Behörde	autoridade cantonal competente	
Zuständigkeit des Ermittlungsrichters	competência do Juiz de Instrução	
Zuständigkeitsübertragung	delegação de competências	
Zwangsmassnahmen (CH)	medida coerciva	CH
zweite Strafkammer	2º juízo	
Zweitschrift	2ª via	

ANEXO B: GLOSSÁRIO ELABORADO DURANTE O ESTÁGIO – PT-DE

PORTUGUÊS	ALEMÃO	OBS.
2ª via	Zweitschrift	
2º juízo	zweite Strafkammer	
a justiça considerou	zu Recht erkannt	
à ordem do processo	Vollstreckungsordnung	
absolvição, sentença absolutória	Freispruch	
abuso fraudulento de uma unidade central de tratamento de dados	betrügerischer Missbrauch einer Datenverarbeitungsanlage	
acórdão recorrido	angefochtenes Urteil	
activos financeiros, património, bens	Vermögenswerte	
acto judicial	gerichtliche Handlung	
acto preparatório	Vortat (no âmbito de branqueamento de capitais)	
acusação	Anklage	
advogado	RA Dr. - Rechtsanwalt	
agente	Agent(in), Handelnde, Hilfsbeamte(in), Makler(in), Urheber(in), Vertreter(in)	
agente de execução	Vollstreckungsbeamter	
agravamento	Verschärfung	
alegação	Behauptung, Berühmung, Versicherung, Vorbringen, Vortrag	
alegado, presumível	vermeintlich	
anexo	Anhang, Anlage, Beilage	

antecipado	vorzeitig	
anular, revogar, suspender	aufheben	
ao cuidado de	zuhanden des	
apoiado	gestützt	
apreciação	Prüfung	
apreensão	Beschlagnahme	
apreensão provisória da carta de condução	Entziehung des Fahrerlaubnis	
apreensão provisória da carta de condução	vorläufige Entziehung des Fahrerlaubnis	
apreensão, recuperações de activos	Einziehung, das Einziehen, Gefangennahme, Inhaftierung, Sicherstellung, Verhaftung	dependendo do contexto
arguido principal, como autor principal	Bestimmungstäterschaft (AT), Haupttäter (DE)	AT/DE
arguido, réu (direito cível), requerido	Angeklagter, Beschuldigter	PT = não se distingue, sempre arguido no direito penal
arquivar	einstellen	
arranjar, conseguir, procurar, proporcionar, fazer, organizar	verschaffen	
Assembleia da República	Parlament	
atento(a)	angesichts	
audição, inquirição de testemunhas	Vernehmung des Zeugen	
audiência	Anhörung	
audiência preliminar	Vorverhandlung	
audiência principal	Hauptverhandlung	
auditor	Juridischer, rechtlicher Prüfer	

autenticar	authentifizieren	
auto	Akte	
autoridade cantonal competente	zuständige kantonale Behörde	
autoridade judiciária competente	zuständige Justizbehörde	
autoridade, repartição, secção, gabinete	Behörde	
autoridades de acção penal portuguesas	portugiesische Strafverfolgungsbehörden	
autoridades judiciárias competentes alemãs	zuständige deutsche Behörden	
autorização	Zunehmigung	
autorização, consentimento	Genehmigung, Zunehmigung	
auxílio judiciário	Rechtshilfe	
auxílio judiciário internacional	Internationale Rechtshilfe	
beneficiário	Begünstigter	
branqueamento de capitais	Geldwäscherrei	e não: lavagem de dinheiro
busca domiciliária	Hausdurchsuchung	
busca(s)	Durchsuchung(en)	
calculado, imputado	angerechnet	
cantão de Berna	Kanton Bern	
carta rogatória	Rechtshilfeersuchen	
caso	Fall	
causa penal, causa criminal, processo penal	Strafsache	
causa, razão, fundamento, motivo	Grund	
certidão	Urkunde	

certificado	Bescheinigung	
chave de lançamento	Buchungsschlüssel	
chefe da administração distrital	Bezirkshauptmann	
cláusula	zif	
co-autor, cúmplice, auxílio e cumplicidade	Beitragstäterschaft (AT), Teilnehmer (DE)	AT/DE
cocaína	Kokain	
cocaína com traçado	gestrecktes Kokain	
cocaína pura	reines Kokain	
Código Civil	Bürgerliches Gesetzbuch	
Código das Sociedades Comerciais	Buch des Gesetzhandelsgesellschaft	
Código do Processo Civil	Zivilprozessordnung	
Código do Processo Penal	Strafprozessordnung	
Código do Trabalho	Arbeitsgesetzbuch	
Código Penal	Strafgesetzbuch	
competência do Juiz de Instrução	Zuständigkeit des Ermittlungsrichters	
componente	Bestandteil	
comunicação, anúncio, promulgação, publicação	Bekanntgabe	
comunicar, informar, notificar	mitteilen	
conceder	erteilen	
concelhos	Kreisen	
concessão, outorga, deferimento, autorização, licença	Bewilligung	
condenado	Verurteilter	
condenar	verurteilen	
confirmar	bestätigen	

confiscado	eingezogen	
conforme ordenado	wie befohlen	
conforme, segundo,	gemäß	
conivência criminosa	kriminelle Absprache	
consentir	einwilligen	
considerável, grande	erheblich	
constituição	Verfassung	
cônsul honorário	Honorkonsul	
contra	wider	Áustria
contrato adicional	Zusatzvertrag	
Convenção da aplicação do acordo de Schengen	Übereinkommen zur Durchführung des Übereinkommens von Schengen	
Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal	Europäisches Übereinkommen über die gegenseitige Rechtshilfe in Strafsachen	
Convenção relativa ao Branqueamento, Detecção, Apreensão e Confisco dos Produtos do Crime	Übereinkommen über Geldwäscherei sowie Ermittlung, Beschlagnahme und Einziehung von Erträgen aus Straftaten	
convenção, acordo	Übereinkommen	
convenções aplicáveis	geltende Übereinkommen	
coordenar, apoiar	unterstützen	
Cópia autenticada da sentença penal portuguesa com nota de trânsito em julgado	beglaubigte Kopie des portugiesischen Urteils mit Anmerkung von Eintritt in Rechtskraft	

correm termos	sind noch im Gange	
correspondente bancário	Korrespondenzbank	
crime de associação criminosa	Bildung krimineller Vereinigung	
crime de coacção	Vergehen der Nötigung	
crime de detenção e tráfico de armas	Waffenbesitz und Waffenhandel	
crime de tráfico de estupefacientes	Verbrechen des Suchtgifthandels	
crime, acto delictuoso	Misstat, Straftat, Verbrechen	
culpado	schuldig	
curso de direito	Jurastudium	
da revogação	vom Widerruf	
dados pessoais	Personalien	
dar seguimento	Folge leisten	
decisão	Beschluss	
decisão final	endgültige Entscheidung	
decreto regulamentar sobre o cumprimento do Código da Estrada	KDG – Kraftfahrzeuggesetz- durchführungsverordnung AT	
decreto, regulamento	Verordnung	
defensor	Verteidiger	
defesa, advogado(a)	Verteidiger(in)	
delegação	Abordnung	
delegação de competências	Zuständigkeitsübertragung	
departamento da administração distrital	Bezirkshauptmannschaft	
Departamento Federal da Justiça	Bundesamt für Justiz	
departamento policial	Polizeipräsidium	

descritos pormenorizadamente	im Einzelnen beschrieben	
despacho	Abfertigung, Anordnung, Erledigung, Versand, Erlass , Beschluss	
Despacho de admissibilidade ministerial	Ministerieller Zulässigkeitserlass	
despesas incorridas	Ersatz der Kosten	
detenção	Arrest, Festnahme, Gefangennahme, Gewahrsam, Haft, Inhaftierung, Innehabung, Internierung, Verhaftung	
determinar	feststellen	
devedor	Schuldner	
dever de fundamentação	Begründungspflicht	
diligência(s)	Amtsermittlung, Maßnahmen	
diminuição progressiva	schrittweisen Abbau	
Direito das Obrigações	Schuldrecht	
direito de estar presente e interrogar	Anwesenheits- und Fragenrecht	
Direito penal	Strafrecht	
Direito privado	Privatrecht	
Direito público	Öffentliches Recht	
disposição fiscal, normas tributárias	Abgabenvorschrift	
disposições legais aplicáveis	in Betracht kommenden Strafvorschriften	
divórcio litigioso	gerichtliche Scheidung	
documentos bancários	Bankbelege	

e se for caso disso	gegebenenfalls	
efectuar transferências bancárias	Überweisungen ausführen	
elegibilidade, admissibilidade	Zulässigkeit	
elemento constitutivos de um delito	Straftatbestand	
elevantar, recolher, impor, restaurar	erheben	
em caso de dúvida	in Zweifelsfall	
em caso de perigo	bei der Gefahr	
em correspondência com	i.V. m. – in Verbindung mit	
em representação; por incumbência, pel’o	i.V. – in Vertretung; - in Vollmacht	
em seu nome	befriedet	
empregado especializado, agente operacional	Sachbearbeiter	
entidade requerida	Empfangsstelle	
envolvido	Betroffener	
escrivã(o) auxiliar	Urkundsbeamter(in)	
escrivã(o) de direito	Urkundsbeamter(in) der Geschäftsstelle	
escutas telefónicas	Überwachung des Fernmeldesverkehrs	
estabelecido, determinado	statuiert	
Estado	Staat	
estatuto	Hauptsatzung, Satzung, Vorschrift	
estupefacientes	Suchtgifte	
exame	Einnahme eines Augenscheins	
exame de correspondência	Überwachung des	

postal	Postverkehrs	
examinado, avaliado	geprüft	
execução	Vollzug	
execução da pena	Strafvollstreckung	
execução de ordens	Ausführung der Aufträge	
execução do processo ordinário	Durchführung des ordentlichen Verfahrens	
execução no estrangeiro de sentença penal portuguesa	ein Verfahren von Vollstreckung eines portugiesischen Strafurteils im Ausland	
execução sobre bens móveis	Mobiliarzwangsvollstreckung	
execução, cumprimento	Erledigung	
extensão, número de telefone directo	Durchwahl	
extradição	Auslieferung	
extravio de meios de prova	Verlust von Beweismitteln	
face a	in Anbetracht	
factos	Sachverhalt	
falsificar, fingir, forjar	fangieren	
fase de julgamento, audiência principal	Hauptverhandlung	
foi declarado admissível	wurde befürwortet	
fonte de rendimentos	Einnahmequelle	
fraude	Betrug	
fronteira comum	gemeinsame Grenze	
funcionário judicial	Justizangestellter	
fundamentar	begründen	
furto qualificado	schwerer Diebstahl	
gestão, desenvolvimento	Bewirtschaftung	

Governo	Regierung	
Governos dos Estados da União Económica do Benelux	Regierungen der Staaten der Benelux-Wirtschaftsunion	
heroína	Heroin	
imparcial	unparteiisch	
impor, aplicar	verhängen	
impróprio(a)	unfähig, ungeeignet	
imputar	zu rechnen	
incerto	unbestimmt	
indeferimento do pedido de declaração de nulidade	Abweisung des Antrags	
indeferir	abweisen	
informação	Auskunft	
Informação sobre o tempo de privação de liberdade à ordem do processo português aqui em causa	Information über die Freiheitsstrafe dieses überhängenden Verfahrens	
informação útil	sachdienliche Angaben	
infracção , contra-ordenação	Verwaltungsübertragung	
instância local	lokale Instanz	
instruir	beauftragen	
intenção	Absicht, Zweck, Intention	
intérprete	Dolmetscher(in)	
interrogatório	Einvernahme, Verhör, Vernehmung	
interrogatório do arguido	Vernehmung des Beschuldigten	
intervenção	Mitwirkung	
Investigação, inquérito	Ermittlung	
investigações, inquéritos	Untersuchungshandlung	

	n	
investigar	erforschen	
invocar	berufen	
juiz	Richter	
Juiz de Instrução Criminal	Ermittlungsrichter	
juízo	Beurteilung	
Julgado de Paz	Friedengericht	
Julgamento, decisão, jurisprudência, sentença	Beurteilung, Entscheidung, Richterspruch, Spruch, Urteil	
jurado	Schöffen	
jurisdição	Rechtssprechung	
lavar autos	Protokoll aufnehmen	
legalmente estabelecido	rechtmäßig	
legalmente independente	rechtlich selbstständig	
legislação	Gesetzgebung	
legislação em matéria de estupefacientes	SMG = Suchtmittelgesetz	Áustria
legislação sobre veículos automóveis	KFG – Kraftfahrgesetz AT	
lei	Gesetz	
Lei de cooperação judiciária internacional em matéria penal	iRSG – internationale Rechtshilfe in Strafsachen	lei alemã relativa ao auxílio penal
lei federal	Bundesgesetz	
letra	lit	
levado a cabo	ausgeführt	
levantamento, quebra	Aufhebung	
licenciado em direito	Jurist	
licenciado em Direito	Lic. Ivr	
limitar-se	sich begnügen	

limite máximo de velocidade	Höchstgeschwindigkeit	
limite, quantidade máximo(a) legal	Grenzmengen	
local comercial, local de negócio	Geschäftsraum	
magistrado	Magistrat	
magistratura	Richterschaft	
mandado de captura	Haftbefehl	
mandado de detenção europeu	Europäischer Haftbefehl	
mandato, ordem judicial	Auftrag	
matéria penal	strafrechtliche Angelegenheiten	
medida coerciva	Zwangsmassnahmen (CH)	CH
meios de prova	Beweismittel	
minucioso, detalhada, aprofundado, exaustivo	eingehend	
montante assegurado	sichergestellter Geldbetrag	
motorista, condutor	Lenker	
multa	Geldstrafe	
N.º = número	Abs. = Absatz	
nacional, cidadão	Staatsangehöriger	
não comparência do arguido	Nichterschein des Beschuldigten	
não passível de recurso	nicht anfechtbar	
natureza do crime	Art des Verbrechens, der Straftat	
no âmbito da anulação	Umfang der Aufhebung	
no âmbito do processo	im Rahmen des Verfahrens	

no sentido	i.S. – im Sinne von, des - in Sachen	
nº. de processo, referência	Aktenzeichen	
nota	Aufzeichnung	
Notificação	Mitteilung	
notificação	Notiz	
oficial de justiça	Amtsperson	
ofício	Schreiben	
operações bancárias, financeiras	Geldverkehr	
oportunamente fornecidas	rechtzeitig zu Verfügung stellen	
ordem de comparência	Vorführungsandrohung	
ordem de pagamento	Zahlungsauftrag	
Ordem dos Advogados	Anwaltsvereinigung	
ordem judicial	richterliche Anordnung	
órgão	Organ, Körperschaft	
os custos são da responsabilidade (do arguido), suporta os custos, encargos	fallen auch die Kosten	
pagamento	Zahlung	
para benefício de	zugunsten = zum Vorteil, zum Nutzen, für	
para efeitos da execução penal	zum Zweck der Vollstreckung des Urteils	
para que conste	zu Protokoll geben	
Passagem de Brenner	Brennerpass	
passível de caducidade	vermögenswert	
passível de caducidade, expirar	für verfallen erklärt, vermögenswert	
pena de prisão	Freiheitsstrafe	

pergunta, pedido, interpelação	Anfrage	
período de detenção, tempo de prisão	Haft(zeit)	
Polícia Judiciária, Departamento de Investigação Criminal	Kriminalpolizei	
por força da lei	kraft Gesetzes	
por sugestão de	auf eine Anregung	
Posição assumida pela competente autoridade judiciária alemã	Stellung der deutschen zuständigen Justizbehörde	
posse	Besitz	
prática de um crime	Begehung der Straftat	
presença	Beisein	
presidente	Vorsitzender	
Presidente da República	Staatspräsident	
pressupostos	Voraussetzungen	
prestação de caução	Sicherheitsleistung	
primeiro, segundo, terceiro arguido	Erst-, Zweit-, Drittangeklagter (AT)	
princípio de boa-fé	Grundsatz des Gutglaubensschutzes	
prisão preventiva	Untersuchungshaft	
prisão preventiva	Vorhaft (Áustria)	Alemanha e Suíça = Untersuchungshaft
procedimento criminal	Strafverfolgung	
procedimento de instrução, de investigação; fase de inquérito	Ermittlungsverfahren	
processo	Verfahren	
processo comum	gewöhnliches Verfahren	

processo de auxílio judiciário	Rechtshilfeverkehr	
processo de execução	Vollstreckungsverfahren	
processo de sanção administrativa	Verwaltungsstrafverfahren	
processo penal	Strafverfahren	
Processos de branqueamento de capitais	Geldwäschereiverfahren	
procuração	Vollmacht	
Procurador	Staatsanwalt	
Procurador do tribunal de 2ª instância	Oberstaatsanwalt	
Procurador-Geral Adjunto	Beigeordnete(r) Generalbundesanwalt	
Procurador-Geral da República	Generalstaatsanwalt(in)	
Procurador-Geral Federal	Generalbundesanwalt	
Procuradoria, Ministério Público	Staatsanwaltschaft	dependendo do contexto
Procuradoria-Geral da República	Generalstaatsanwaltschaft	
pronunciado	ausgesprochen	
proporcional	verhältnismäßig	
propósito ilícito de apropriação	Zueignungsabsicht	
propriedade	Besitztum, Eigentum	
propriedade	Eigentum	
proprietário de registo	Zulassungsbesitzer	
prorrogação do prazo	Verlängerung der Frist	
protegido	sichergestellt	
protocolo adicional	Zusatzprotokoll	
Provedor de Justiça	Ombudsman	
quais os actos que lhe são	welche Tat ihm zur Last	

imputados	gelegt wird	
que aí pende	überhängend	
que exerce funções de direcção	leitend	
Questão de Direito	Rechtsfrage	
questão de facto	Sachfrage, Tatfrage	
quilómetro	Straßenkilometer - StrKm	
reboque	Anhänger	
receita, renda, rendimento	Einnahme	
recurso	Berufung	
recusa, rejeição	Verweigerung	
recusar	verweigern , ablehnen	
reduzido prazo	Kurzfristigkeit	
referência	Zeichen	
referência, número de processo	Geschäftszeichen, Aktenzeichen, Geschäftsnummer	
reger-se por (disposições jurídicas gerais), em conformidade com o artigo	sich richten nach	
região de Oberland	Region Oberland	
Regiões autónomas	autonome Inselregionen	
registo civil	Personenstandsregister	
registos contabilísticos	Buchungsunterlagen	
relator(a)	Berichterstatter(in)	
relatora adjunta	Hilfsberichterstatterin	
relatório	Schriftstück	
remoção temporária da carta de condução	Vorläufige Entziehung der Fahrerlaubnis	
repreensão, objecção, acusação	Vorwurf	

requerente	Ersuchender, ersuchende Stelle	
requerimento, pedido	Ersuchen, Antrag	
requisitos legais	gesetzliche Auflagen	
residência, permanência, localização	Aufenthalt	
residente	whft = wohnhaft	
residente	wohnhaft	
respectivamente	resp. AT/CH = bzw. DE	
responsável	Bearbeiter	
restituição	Rückgabe	
resultado negativo	negativ verlaufen	
resultante de força de lei, transitado em julgado	in Rechtskraft erwachsenen	
revisão do processo, processo de recurso	Berufungsverfahren	
revista	Untersuchung von Personen	
risco de destruição de provas	Verdunkelungsgefahr	
roubo	Raub	
sanções, penalizações	Strafschärfung	
secção	Abt. – Abteilung	
secção criminal	Strafkammer	
secretário	Schriftführer	
Sector de auxílio judiciário	Fachbereich Rechthilfe	
selo branco	Dienstsiegel	
sem qualquer objecção	ohne jegliche Einschrenkung	
sentença	Schuldspruch	
sentença proferida, acórdão	Urteil	
Sociedade Anónima	Aktiengesellschaft	

Sua Excelência	Exzellenz	
subsidiariamente	subsidiär	
Supremo Tribunal de Justiça	Oberster Gerichtshof	
Supremo Tribunal Federal	Bundesgerichtshof	
suspeita	Verdacht	
suspeita de crime	Tatverdacht	
suspensão condicional da pena, liberdade vigiada	bedingte Strafnachsicht (Áustria)	Alemanha = Bewährung
suspensão condicional da pena, liberdade vigiada	Probezeit	Áustria + Suíça. Alemanha = Bewährungsfrist
Tomada de medidas cautelares	Anordnung von Maßnahmen	
tráfico, contrabando	Schmuggel	
trâmites do processo, processuais	Gang des Verfahrens	
transferência, atribuição, encargo	Übernahme	
transitado em julgado	rechtskräftig	
transmitir	übermitteln	
transposição, transferência, remoção	Umsetzung	
tratamento ilegal	unerlaubter Umgang	
Tribunais ordinários (1ª instância)	Ordentliche Gerichte (erste Instanz)	
tribunal	Gericht	
Tribunal Constitucional	Verfassungsgericht	
Tribunal da Relação Estadual, de 2ª instância	Oberlandesgericht	
Tribunal de Jurados	Schöffengericht	
Tribunal de Justiça	Gerichtshof	

Tribunal de menores	Jugendgericht	
Tribunal de recurso (2ª instância)	Rechtsmittelgericht	
Tribunal judicial da comarca de Lisboa	Gerichtsbezirk Lissabon	
tribunal judicial, de 1ª instância, Tribunal de Comarca	Amtsgericht	
Tribunal Regional	Landgericht	
Tribunal superior	Landesgericht	
valor	Wertersatz	
veículo	Kraftfahrzeug	
veículo ligeiro	PKW	
Vice-Procurador-Geral da República	Vize-Generalstaatsanwalt (in)	